

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, REALIZADA DIA 01 DE JUNHO DE 2005

A um dia do mês de junho de dois mil e cinco, à 9:35 hs, no Auditório do Edifício Matarazzo – Viaduto do Chá, nº 15 ,7º andar, nesta Capital, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana –CMPU, sob a presidência do Dr. Francisco Vidal Luna, Secretário Municipal de Planejamento e Presidente do CMPU, contando com a presença dos membros relacionados no final desta ata. Foram discutidos os itens constantes da pauta, com os respectivos encaminhamentos e resoluções:

Francisco Vidal Luna - Secretário Municipal de Planejamento

Gostaria de agradecer a presença de todos nesta primeira reunião da CMPU que se instala no ano de 2005. Nós gostaríamos que essa comissão tivesse um papel importante em todas as questões que tratam do zoneamento, do Plano Diretor, da urbanização em geral da cidade. Nós precisamos ter nesse ano um trabalho importante de revisão, de preparação de uma revisão do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento. Eu gostaria, ao longo desse período, de contar com a colaboração de todos os senhores, formal - através de conselho - ou informalmente. Nós estaremos sempre abertos para discutir qualquer questão relacionada ao Zoneamento e ao Plano Diretor. Nós gostaríamos, de fato, de ter nesse conselho e na CTLU, um instrumento de apoio na nossa gestão na questão urbana na cidade. Para começar, o início, a primeira questão que eu gostaria de colocar é dar posse aos novos representantes. Foram mantidas as mesmas entidades. Houve modificações dos membros, principalmente do Governo, das representações das regiões. Nós temos os membros eleitos cujo mandato vai até julho, então esses foram mantidos. Devera haver uma nova eleição nas macrorregiões até julho para modificações desses representantes. E os outros, mantidas as entidades, mantidas o Governo, houve modificações de membros, mas eu queria dar de forma coletiva posse aos membros do colegiado. Eu queria antes de passar ao próximo ponto, queria ver se o Dr. Orlando queria falar alguma coisa na abertura também.

Orlando Almeida Filho - Secretário Municipal de Habitação

Só ter o prazer de cumprimentar a todos - Bom dia! Dizer ao Prof. Luna que eu tive o privilégio de participar desse grupo do Conselho Municipal de Política Urbana desde que ele foi criado pela Lei do Plano Diretor Estratégico representando então a entidade que eu presidi, o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo. E, por uma ação do destino, o prefeito Serra nos convocou para auxiliar nessa tarefa na Secretaria de Habitação. Dizer aos senhores, aqueles que nós temos um relacionamento mais próximo, a quem eu já disse, principalmente as entidades da cadeia produtiva e mobiliária que trata exatamente da composição desse conselho no que diz respeito a atividade produtiva e mobiliária no estado de São Paulo. E eu sou só um instrumento, um nome para compor essa secretaria importante, que é a Secretaria de Habitação. E a Secretaria de Habitação tem o privilégio de participar desse conselho na vice-presidência, e também com servidores competentes indicados pela secretaria que fazem parte do conselho também. Dizer também que tive o privilégio de conhecer o Prof. Francisco Luna e por ele tenho cada dia mais admiração pelo seu trabalho, pela sua educação, pela sua simplicidade e humildade. As pessoas que o conhecem, sabem. O Prof. Luna vem de uma área que não é exatamente a área de desenvolvimento urbano, de urbanismo. O Prof. Luna é um professor da área financeira, mas ele com essa

simpatia e humildade, tem aprendido com uma rapidez tremenda, e eu tenho certeza que antes do fim desta primeira gestão do conselho, ele vai estar dando aula pra todos nós que estamos há muito tempo aí na atividade. E dizer que a Secretaria de Habitação está há disposição dos senhores, das senhoras que fazem parte do conselho, da mesma forma que o Prof. Luna colocou aqui com relação ao conselho e também, eu tenho certeza, a Secretaria de Planejamento. O ano que vem será um ano extraordinário para que a gente possa fazer a revisão do Plano Diretor, do Zoneamento, tudo aquilo que está indicado dentro da lei aprovada em 2002. Determinou o ano de 2006 para essas revisões, e impossível contar com uma boa revisão sem a colaboração dos senhores e das senhoras que representam aqui o Governo, as entidades, e a sociedade civil da maneira geral. É isso professor.

Secretário Francisco Vidal Luna

Muito obrigado, Dr. Orlando. Sempre palavras elogiosas. E se eu aprender, eu vou aprender com os senhores, e particularmente com esse professor. Conhece tudo da área de urbanismo, conhece tudo a respeito da cidade. Obrigado. Eu queria colocar como a primeira questão que seria, se existem sugestões e inclusão na pauta. Por favor.

Lucila Lacrete

Bom dia a todos. O meu nome é Lucila Lacrete. Eu sou representante eleita da macrozona oeste. Eu gostaria que fosse incluída na pauta a questão do tráfego aéreo dos helicópteros que esta deixando os moradores da macrozona oeste completamente ensandecidos. Existe uma previsão legal para que a prefeitura inicie um plano do aéreo portuário metropolitano. Obrigada.

Secretário Francisco Vidal Luna

Alguma manifestação contra a inclusão desse tema na pauta? Ninguém se manifesta? Vamos considerar incluída na pauta. Alguma solicitação adicional? Bom, então vamos considerar essa a pauta. Eu antes de continuar os trabalhos, eu gostaria de solicitar que cada um dos senhores pudessem fazer uma apresentação para que nos conheçamos. O auditório é um espaço inadequado para esse tipo de reunião. Nós temos feito as reuniões da CTLU no prédio Martinelli, mas ele é pequeno pra comportar tudo isso. Nós não encontramos outro espaço que fizesse uma reunião, uma mesa redonda, uma coisa circular. Essa forma aqui de reunião é muito inadequada. Mas eu gostaria que os membros que estão participando aqui como membros do conselho pudessem se apresenta, por favor.

Lucila Lacrete

Bom, meu nome é Lucila Lacrete. Eu sou arquiteta-urbanista. Eu fui funcionária concursada da prefeitura durante quase 30 anos. Sou recém-aposentada. Estou agora na iniciativa privada. E sou representante eleita da macrozona oeste. Isso por conta da minha militância junto às associações de bairro. Inclusive eu sou uma das fundadoras do movimento Defenda São Paulo. Obrigada.

Cibele Rumel

Bom dia, eu sou a Cibele Rumel, arquiteta-urbanista. Represento a Secretaria do Estado da Habitação. Tenho uma militância também bastante intensa na prefeitura de São Paulo por muitos anos na Empresa Municipal de Urbanização e na Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Atualmente eu presido o grupo de análise e aprovação de projetos habitacionais no Estado de São Paulo, um órgão colegiado, saneamento, meio

ambiente e constituição. À disposição dos senhores e maior prazer encontrando aqui vários colegas no auditório. Obrigada.

Aref Saab

Aref Saab, representante da SEHAB.

Ronaldo Dumani

Sou Ronaldo Dumani, arquiteto. Diretor de Legislação Urbana do SECOVI, membro da CTLU e agora suplente de Cláudio Bernardes que é o titular nessa câmara.

Domingos de Azevedo

Eu sou Domingos de Azevedo, arquiteto-urbanista. Também tenho uma militância grande na iniciativa privada e também no setor público. Agora sou suplente da titular que é a Nilza Antenor.

Nilza Toledo Antenor

Bom dia a todos. Sou arquiteta Nilza Toledo Antenor. Sou chefe da Assessoria dos Planos Urbanos. Participei ativamente na elaboração dos Planos Regionais. Tive a oportunidade de fazer o plano da Lapa e depois na SEMPLA mesmo, a coordenação junto com os outros técnicos da parte dos Planos Regionais.

Antonio Marcos Dória

Bom dia, meu nome é Antonio Marcos Dória. Sou representante da APEOP e o interesse da nossa entidade é desde o momento em que a prefeitura obteve institutos como CEPAC, outorga onerosa, a nossa entidade quis participar de todas essas entidades de desenvolvimento urbano. E participamos ativamente do Plano Diretor de 2002; participamos ativamente na elaboração do CEPAC e de outros institutos para melhorar a performance da cidade e a infra-estrutura.

Luiz Cesar Bettarello de Almeida Campos

Bom dia, meu nome é Luiz César Bettarello de Almeida Campos. Sou arquiteto aposentado e atual representante da Secretaria do Governo Municipal.

Alexandre Tirelli

Bom dia a todos, meu nome é Alexandre Tirelli. Eu sou corretor de imóveis, advogado, diretor jurídico do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo. Representando aqui como membro titular da entidade dos corretores e a disposição de todos os membros e senhores secretários.

Alzira Nishikubo

Bom dia, meu nome é Alzira Nishikubo, sou do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, uma associação das sete prefeituras daquela região, que também tem uma organização através do Consórcio da Sociedade Civil e do Governo do Estado e a Câmara do Grande ABC, através da qual assinamos aí vários acordos, inclusive com um planejamento estratégico regional. E aqui estou na condição de suplente do titular Renato Maués que também é um arquiteto-urbanista. Espero colaborar nessa comissão.

Angela Maria Calabria

Bom dia a todos. Eu sou Angela Maria Calabria, da Leste 1. Participei desde a primeira reunião do Plano Diretor da nossa região. Faço parte do ainda insipiente fórum

urbanístico da Penha, que foi proposto no próprio Plano Diretor da região Leste. Trabalho na prefeitura também e toda minha participação do Plano Diretor foi como moradora de São Paulo, como arquiteta e urbanista. Procurando fazer urbanismo, tentando, porque é meio difícil nessa cidade de São Paulo. E eu espero aqui, já que sou indicada, poder colaborar com o urbanismo e espero, com a colaboração de todos, para que pensem na cidade de São Paulo, na cidade como no urbanismo.

Paulo de Almeida

Bom dia. Sou Paulo de Almeida, funcionário de carreira, engenheiro de carreira, conselheiro desde o início da comissão indicado pela Norte 1.

Fernando Vecchia

Sou Fernando Vecchia, arquiteto da subprefeitura de Vila Mariana, represento as subprefeituras Ipiranga, Jabaquara, Vila Mariana, região Sul 1.

Sérgio Rodrigues

Sérgio Rodrigues, Secretaria Municipal de Transporte, assessor do Secretário e agora ocupando a condição de suplente nessa comissão.

Diana Teresa di Giuseppe

Bom dia. Sou Diana Teresa di Giuseppe. Eu sou representante da EMURB na qualidade de suplente. A titular aqui é a presidente Heloisa Proença.

Maria Cristina Sivieri

Eu sou a Maria Cristina Sivieri, sou arquiteta de carreira e sou suplente da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras.

Tereza Espósito

Arquiteta Tereza Espósito, sou efetiva e sou indicada da macrorregião Centro.

Carlos Habe

Bom dia a todos. Meu nome é Carlos Habe, sou representante do Sul 2. Sou Engenheiro civil de formação, diferente de vocês que na maioria são arquitetos. Estou na Capela do Socorro como coordenador. Já fui Secretário de Obras, Meio-ambiente, Desenvolvimento Urbano da cidade de Itapevi. Obrigado.

Sibylle Blohm

Bom dia. Sou Sibylle Blohm, sou arquiteta-urbanista. Sou coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano na subprefeitura da Lapa. Estou como representante titular da macrorregião Oeste.

José Antonio Húngaro

Engenheiro José Antonio Húngaro, representando a Secretaria de Serviços do Município de São Paulo.

José Eduardo Tibiriçá

Arquiteto José Eduardo Tibiriçá, da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - ASBEA.

Simone Fernandes Mattar

Bom dia. Meu nome é Simone Fernandes Mattar. Sou procuradora do município. Estou representando a Secretaria de Negócios Jurídicos. Trabalho no departamento Judicial da Procuradoria.

Jorge P. Furini

Bom dia. Jorge P. Furini, arquiteto, representando o Instituto de Engenharia.

Rubens Chammas

Bom dia. Sou Rubens Chammas. Sou representante suplente da COHAB nesse conselho. O titular é o Dr. Marcelo Branco. Atualmente sou chefe de gabinete da SEHAB e diretor financeiro da COHAB.

José Augusto Darcie

Bom dia. Meu nome é José Augusto Darcie. Sou engenheiro civil e oriundo da SABESP. Hoje representando a subprefeitura de Pirituba.

Bruno Caetano

Bom dia a todos. Meu nome é Bruno Caetano. Eu sou sociólogo, indicado para esse conselho pelo Gabinete do Prefeito.

Horácio Hirsch

Bom dia. Horácio Hirsch, arquiteto. Estou como representante suplente da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

Leandro Avena Prone

Bom dia a todos. Meu nome é Leandro Avena Prone. Sou graduando em sociologia. Represento Waldir Salvadore, da Secretaria do Trabalho, e trabalho na área de desenvolvimento local.

Rita Maria

Bom dia. Meu nome é Rita Maria. Eu sou presidente da Associação Comunitária Vida Nova na zona leste, Cidade Tiradentes. Estou aqui representando o fórum dos Mutirões do Estado de São Paulo. Gostaria de contribuir com o que fosse possível.

Maria Augusta Antunes

Maria Augusta Antunes, arquiteta da Secretaria do Meio Ambiente.

José Antônio do Campo

José Antônio do Campo, eu sou inspetor fiscal representando a Secretaria de Finanças.

José Roberto de Araújo

Bom dia a todos. Sou José Roberto de Araújo, conselheiro eleito, Jabaquara, Vila Mariana e Ipiranga. Sou biólogo, administrador e pós-graduando de medicina. Espero colaborar com vocês já que estou aqui desde o começo do conselho. Aproveitando o momento parabenizando o Senhor Orlando que faz jus a posição que ocupa atualmente e que sempre colaborou e muito com esse conselho. Muito obrigado.

Nilton Ricoy

Bom dia. Meu nome é Nilton Ricoy, sou arquiteto-urbanista, e represento a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

José Eduardo Pessini

Bom dia. Meu nome é José Eduardo Pessini. Eu represento, sou indicado titular da Secretaria de Estado, de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento.

Priscila Câmara

Bom dia. Meu nome é Priscila Câmara. Sou arquiteta-urbanista, represento a Secretaria de Assistência Social.

Izilda

Bom dia. Sou Izilda. Represento o grêmio recreativo como convidada.

Madalena Ré

Bom dia. Sou Madalena, arquiteta. Represento a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas.

IAB

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do Instituto de Arquitetos do Brasil. Os nossos representantes que têm assento nesse conselho não puderam estar presentes, mas o IAB não podia deixar de estar presente aqui e acompanhar os trabalhos. Muito obrigado.

Secretário Francisco Vidal Luna

Muito obrigado. Bem vindo a todos. Acho que vai ser um trabalho muito profícuo, com essa experiência que acumulada, tenho a impressão que vamos poder, durante este ano e ano que vem, contribuir de fato com aprimoramento da Lei de Zoneamento, do Plano Diretor e outras normas e/ou legislação que a cidade, por ventura exige. Eu gostaria de fato, hoje inclusive, a depender do andamento da reunião, a idéia é que se faça uma apresentação por parte da Nilza, da Secretaria de Planejamento, a respeito de como nós pretendemos abordar a revisão do Plano Diretor e a Lei de Zoneamento. Estamos constituindo uma comissão para começar os trabalhos a respeito disso e o Magalhães fazendo uma apresentação sobre as Operações Urbanas que estão em estudo na SEMPLA, para que todo mundo tenha contato. Em algum momento, nós traremos essas, tanto as questões ligadas ao zoneamento e ao Plano Diretor como as Operações Urbanas aqui para discutir. Então seria muito mais para dar uma notícia a respeito dessas duas questões. Acho que nós vamos ter tempo nessa reunião; aproveitar essa oportunidade já para fazer essas apresentações das coisas que estão em andamento dentro da SEMPLA. Começando a ordem do dia, eu queria fazer, colocar aqui, apreciação pelo CMPU, das entidades que integrarão a representação da Sociedade Civil na CTLU, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística, são: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Instituto de Engenharias, o Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de São Paulo (SECOV), Sindicato da Indústria de Construção Civil do Estado de São Paulo (SINDUSCON), Associação Comercial de São Paulo, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a ONG São Paulo Minha Cidade, a Universidade Nove de Julho, Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA). Essas são as mesmas entidades que já tinham representação na CTLU. Nós estamos continuando, em algum momento pode

haver mudanças de representação, como inclusive neste outro conselho. Algum dos membros desse conselho foram eleitos por representação do grupo de entidades. Em algum momento, nós podemos fazer o mesmo tipo de mudanças na CTLU. Neste momento nós estamos mantendo as representações já existentes e estamos trazendo aqui, como reza o regimento, para apreciação deste fórum.

Lucila Lacrete

Meu nome é Lucila Lacrete. Sou representante da macrozona Oeste. Eu gostaria de fazer uma indagação, se ainda vigora o decreto 43.230, de 22 de maio de 2003, que ele foi feito depois do Plano Diretor, inclusive no seu artigo 14, ele aumenta a composição da CTLU com representantes do Poder Executivo. Vigora esse decreto? Porque se vigora, essa proposta que foi feita, que era conforme a situação anterior, eu creio que poderia ser alterada, porque aqui fala que tem que ter representantes do Poder Executivo na CTLU, do Gabinete do Prefeito, da SEMPLA, Secretaria do Governo Municipal, SJ...

Secretário Francisco Vidal Luna

Mas, só uma coisa, aqui são as entidades da sociedade civil.

Lucila Lacrete

Ah, bom. Então...

Secretário Francisco Vidal Luna

O do Governo, eles fazem parte disso aqui, eles já estão na CTLU. Essas outras são as da sociedade civil.

Lucila Lacrete

Bom, em relação à sociedade civil, eu gostaria de chamar a atenção que o grande número de entidades aqui representam, a maioria delas, o poder econômico e gerador da construção civil. Existem três representações do comércio. Por exemplo, que é a Federação do Comércio, Associação Comercial e a SECOV, de certa forma, que é o Sindicato das Empresas de Compra e Vendas de Imóveis. Então, o comércio tem três entidades representadas; a indústria tem duas, a FIESP e o SINDUSCON que é o Sindicato das Indústrias da Construção Civil. Então tem três do comércio, duas da indústria. Em termos técnicos de representação de classe, tem Instituto de Engenharia e o Instituto de Arquitetos e ASBEA, dos escritórios de arquitetura. Uma Universidade, que é a Uninove. Eu me questiono por que a Uninove? É uma universidade bastante nova, meritória sem dúvida nenhuma. Mas nós não podemos deixar de lado o acúmulo técnico no planejamento urbano de universidades como a Universidade de São Paulo e a Universidade Mackenzie. Então, eu gostaria de questionar porque essas universidades, essas duas que são quase seculares, não têm assento na CTLU e a Uninove tem. Em relação, essa outra entidade, a ONG “São Paulo Minha Cidade”, aparentemente ela tem o nome São Paulo Minha Cidade, seria representante de moradores de bairro. Mas ela surgiu como braço também do setor produtivo da construção civil. Inclusive na gestão passada, não sei se permanece, mas o presidente do São Paulo Minha Cidade era um diretor da SECOV. E notando a composição, me parece que há um desequilíbrio muito grande, porque a associação representante dos moradores, que é onde a cidade acontece, não está representado. Então eu gostaria de pedir a inclusão do movimento “Defenda São Paulo” que é uma entidade, já tem 15 anos de existência e ela tem no seu corpo, além de moradores individuais, mais de 80 entidades de moradores de bairro. E gostaria

de pedir também, como já houve no passado, que quando houver algum assunto importante no bairro, que as outras entidades, as associações de bairros sejam convocadas e possam participar das reuniões da CTLU. Eu acho que esta é uma forma de democratizar o processo de decisão na área do urbanismo, do planejamento urbano da cidade de São Paulo. A comunidade não pode ficar alijada desse processo decisório. Então eu proponho aqui a ponderação em relação, tanto as entidades produtoras da construção civil, a questão da Uninove, que me parece bem delicada, de São Paulo Minha Cidade, e solicito a inclusão do movimento Defenda São Paulo. Obrigada.

Secretário Francisco Vidal Luna

Alguém deseja manifestar-se, por favor?

Antônio Marcos Dória

Eu concordo com algumas coisas que ela falou, como a questão da Uninove, que também é estranha. Quando tem Universidades como a USP, quando tem o Mackenzie. Falei até com o Pina, falei aqui essa semana pra ele. E nós queríamos também pedir a inclusão da APEOP, em função, eu falei com o Pina também essa semana, já tinha telefonado, em função desse auxílio ao poder público e a comunidade quanto a outorga onerosa na cidade, que agente deve estar sempre vigilante, ok. Então eu gostaria de registrar isso.

Angela Maria Calabria

Eu apoio totalmente àquilo que a Lucila apresentou. É uma coisa que a gente já estava discutindo antes, e queria propor a inclusão de entidades assim como a OAB, algum representante da OAB, Sociedade brasileira de direitos ambientais. E agente poderia até estudar, pra pensar que outras entidades possam ser representadas aqui também. Eu acho que é uma coisa muito importante. Esta em jogo o urbanismo da cidade de São Paulo e agente não pode negligenciar com isso e deixar fortalecido um lado e o outro lado não. Eu acho que o que importa é a cidade de São Paulo. O urbanismo. Então, acho que todos esses setores têm que ser representados, universidades, e acho que tem que ser discutido melhor e não pode, talvez, ser fechado hoje. Obrigada.

Aref Saab

Só queria dar um esclarecimento referente ao questionamento da indicação da universidade. Foi feito um convite a todas as universidades do município de São Paulo. Participou dessa reunião, participou PUC, participou Anhembi, participou USP, participou Uninove, participou Mackenzie, participou todo mundo. Foi feita uma eleição entre todos os representantes. Foi vencido pela USP no qual integro o conselho. E o segundo lugar foi a PUC. Então ficou a USP. E entenderam eles que, se fosse colocar novamente o segundo colocado junto a CTLU, geraria uma situação de que só as entidades oficiais poderiam ser representadas, e que as universidades particulares não teriam assento. Então dentro desse consenso, entre as próprias universidades, foi feita uma nova votação, e na qual ficou a Uninove classificada, de acordo com a vontade dos representantes das respectivas universidades. Então as coisas não foram aleatórias e não foram indicadas de uma maneira sem algum critério, que as pessoas possam estar imaginando que tenha ocorrido.

Secretário Francisco Vidal Luna

Alguém mais deseja se manifestar, por favor?

Aref Saab

Tem mais um detalhe, viu secretário. Acho que eles estão indicando vários nomes. Eu acho que esse é um assunto que deveria ser levado eventualmente para uma análise porque nós temos, pela própria legislação, a vinculação da paridade. Então, isso é fundamental para que não se possa tomar uma decisão num momento, da forma que eles estão pretendendo.

Secretário Francisco Vidal Luna

Eu queria colocar a seguinte questão. A própria CMPU, ela foi eleita, os membros que hoje fazem parte, foram eleitos da mesma forma que o Sr. Aref colocou, basicamente por representações, as entidades elegeram suas representações. Houve um processo desse tipo que saíram, basicamente, determinados representantes de segmentos da sociedade, elegeram uma delas o suplente e titular como membro. O que aconteceu também na CTLU. Nós estamos agora mantendo as duas representações, e na verdade, provavelmente nós deveríamos talvez em algum momento, inclusive, discutir a própria representação da CMPU, que ela também foi feita da mesma forma, e avaliar a questão de uma discussão ampla de quem seria a representação na CTLU. A CTLU já estava composta assim. Nós não modificamos. Houve basicamente, foi uma solicitação de membros. Esse colegiado nem estava composto ainda. Então nós começamos a questão da CTLU com os membros que já existiam indicados. Nós aqui em julho, por exemplo, temos votações de membros, dos novos membros eleitos pelas representações das macrorregiões. Eu tenho a impressão que nós poderíamos pensar, e esse processo é complicada de eleições. Eleições das entidades que represento e as representações das macrorregiões. Nós poderíamos pensar, colocar essa questão quando discutirmos a própria representação e a renovação daqui. Colocar em discussão a questão da própria representação da CTLU. Eu não tenho nenhum problema de discutir isso. Acho que ela tem que ser uma representação da sociedade. A escolha dessas entidades, quando eu tomei contato com a representação também tive uma certa estranheza de algumas, principalmente da universidade, quer dizer, uma coisa estranha. E praticamente o que eu percebi que ela havia uma superposição, esta via apreciado. Então, num primeiro momento, até pra dar andamento, pra que as coisas pudessem começar a funcionar, eu preferi manter a situação anterior, mas eu acredito que nós deveríamos repensar as representações. Desta, que também foi um processo desse tipo e como consequência da CTLU. Eu não tenho nenhuma objeção para que isso seja apreciado e discutido. Acho que talvez na próxima reunião já podemos começar a discutir algum processo de renovação de representações nas duas entidades. E eu estou aberto a isso, não vejo nenhum tipo de problema. Acho que ela tem que representar a sociedade. Alguém quer colocar mais alguma questão sobre isso?

André Luis Pina

Só tem que se tomar o cuidado que o PDE determinou que a representação da CTLU era 50% da sociedade civil. Então a alteração que seja proposta na CTLU, tem que se lembrar que a paridade é esta, ou seja, a representação da sociedade civil está restrita a 50% do conselho. São dez e dez. Dez do governo e dez da sociedade civil. Tem que se manter essa paridade. Ai vai ter que decidir, se o conselho vai tomar essa decisão, mas a paridade dentro dos dez, ou seja, quem são essas representações. Mas mais que dez nós não podemos.

Secretário Francisco Vidal Luna

A idéia é que nós retomemos assim como a representação daqui, já tem seguimentos determinados. Nós podemos voltar a discutir. Vamos ver quem vai ser a universidade, quem vai ser a representação de moradores. Vamos retomar isso, discutir daqui, e ao mesmo tempo discutir a mesma questão dentro da paridade, dentro do que é a norma, pra própria CTLU. Eu acho que nós podemos na próxima reunião, começar a discutir isso. Eu colocaria isso sem nenhuma objeção a essa rediscussão dos membros. Tanto uma como outra, a minha idéia foi basicamente no primeiro momento, ter um processo mais expedito, senão nós não iríamos começar. E na verdade as duas precisam, aqui nós temos uma questão. Na outra nós precisamos começar a trabalhar. Teoricamente, poderíamos ter mantido porque esses membros já tinham sido trazidos pra cá. Nós não precisaríamos nem ter trazido essa apreciação desses membros, porque já tinham sido votados, já tinham sido apreciados numa gestão anterior. Eu trouxe simplesmente, e trouxe pra discutir. Eu não tenho nenhuma objeção que se discuta e se renove este conselho dentro do principio da paridade.

Lucila Lacrete

Sua proposta não ficou clara pra mim. O senhor está propondo que nós endossemos a que existe?

Secretário Francisco Vidal Luna

Isso. A agora para que nós possamos continuar com a questão da CTLU, a CTLU tem que continuar trabalhando, e eu traria na próxima reunião da CMPU um processo de renovação. Nós já vamos ter a próxima reunião, quanto são os membros? Porque tem membros das regionais que basicamente vão ser eleitos. Nós poderíamos começar também a rediscutir as próprias representações desta entidade. E nesse novo conselho se rediscuta a CTLU. Eu não tenho problema com isso.

Lucila Lacrete

A minha única preocupação é em relação ao tempo. Me parece que a gente podia fazer isso de forma mais abreviada. Como são dez mesmo, digamos daqui a duas semanas seja marcada uma nova reunião da CMPU, onde as entidades já enviariam ao secretário, pedido pra fazer parte. E seria estabelecido um critério a priori e na próxima reunião nós discutiríamos. Porque senão isso vai virar uma coisa e não vai se resolver. Então minha proposta é que isso seja feito dentro de um prazo pré-determinado e o mais rápido possível, no caso de haver endosso dessa constituição de dez membros que estão aqui. Que particularmente eu tenho restrições.

Secretário Orlando Almeida Filho

Eu queria dizer uma coisa. Acho que nada melhor do que norma, porque norma a gente combina. Então eu, quando falei que o secretário era bastante simples e humilde, está confirmado aqui, porque a Lucila acho que não entendeu a proposta do secretário, e queria ver se eu entendi. A lei que aprovou o Plano Diretor Estratégico, a 13430, ela ordenou que nós tivéssemos um Conselho Municipal de Política Urbana. E ele foi criado pelo decreto que disse a Lucila, 43230, que está em vigor. O decreto determinou que nós tivéssemos 48 membros no conselho, sendo 1/3 do Governo, 1/3 da Sociedade Civil e 1/3 que são estes que são votados nas macrorregiões representando, vamos dizer assim, as várias sociedades. Destes 48 membros, são indicados 20 membros paritariamente, então o artigo 14 do decreto diz que nós precisamos ter a Câmara Técnica de Legislação Urbanística que terá composição paritaria, isto é, de acordo com

a lei 13430. Então nós só podemos ter 20 membros nesta câmara. São dez do Governo e dez que representam a sociedade. Os dez que representam a sociedade ainda tem o seu mandato em vigor até o mês de julho, quando encerra os dois anos de mandato. Então o mandato não terminou. Eu acho que não é assunto hoje pra ser tratado porque o mandato inclusive não terminou. Uma segunda questão, ou seja, continuam os mesmos que foram indicados pelo secretário anterior, o que muda são os nomes daqueles do Governo, porque as secretarias são as mesmas. As secretarias já estão elencadas aqui. Então, por exemplo, na Secretaria da Habitação, aquele que era indicado anteriormente não é mais. Nós temos um novo indicado hoje. Por último, eu queria dizer que a indicação dos membros da Câmara Técnica, da Sociedade Civil, é indicada pelo secretário. Não existe eleição. O secretário é quem indica. Eu me lembro bem dessa questão, porque no Palácio das Indústrias, onde nós tivemos aquela reunião que, primeira reunião de trabalho com o antigo secretário, o Dr. Jorge Wilhelm, e que ele indicou os membros para compor a Câmara Técnica, da Sociedade Civil. Eu, pela entidade que eu representava, eu também pedia para ser indicado. E ele disse o seguinte: olha, nós gostaríamos de ter, pelo conselho ser o maior, quer dizer o maior fórum, assembléia ela se dá no conselho. Nenhuma questão que a Câmara possa eventualmente aprovar, levar do conselho, o conselho é soberano nas aprovações. Então ele disse: nós gostaríamos de ter uma câmara extremamente técnica, é o nome dela. Discutir questões que possam eventualmente não ter sido tratadas em detalhes no Plano Diretor, na Lei de Zoneamento. E a lei inclusive remete a Câmara a discussão dessas questões. Então o objetivo é eminentemente técnico. Ele dizia, me parece que os corretores de imóveis que eu representava, estarão bem representados quando nós temos um Instituto dos Arquitetos do Brasil, um Instituto de Engenharia, um SECOV, um SIDUSCON, etc e etc. E eu entendi naquela ocasião, e nós não fizemos parte da Câmara Técnica. Então me parece, a não ser que o decreto seja modificado, e pode ser modificado, porque é uma prerrogativa do sr. Prefeito, não há lei que é uma prerrogativa do legislativo. Seria extremamente complexo, mas enquanto o decreto não for modificado, em primeiro, nós temos que respeitar o prazo de validade que essas pessoas foram indicadas, até julho, não é isso André?

André Luis Pina

Tanto a CTLU quanto a CMPU são indicações. Eles não têm mandato. Se não tiver uma nova portaria designando, ele continua valendo. Só na CMPU, aqueles oito representantes das macrorregiões eleitos pela população é que tem mandato de dois anos que expira em julho. Mas tanto a CMPU quanto a CTLU são indicações nomeadas pelo Prefeito. Então, teoricamente, não expira o mandato. Se nenhuma nova portaria designar novos membros, eles continuam, que é prerrogativa do executivo.

Secretário Orlando Almeida Filho

Mas você não pode reduzir o prazo de dois anos para o qual eles foram indicados, não é isso?

André Luis Pina

Não, não tem prazo. Por exemplo, o Prefeito pode, a qualquer momento, fazer novas indicações, substituir.

Secretário Orlando Almeida Filho

Não, desculpe, quem faz as indicações é o Secretário Municipal de Planejamento Urbano...

André Luis Pina

Não, sim que é nomeado pelo Prefeito, desculpe.

Secretário Orlando Almeida Filho

O Prefeito nomeia. Então a prerrogativa de qualquer determinação, designação é do Secretário. Agora por analogia, se nós temos membros que são votados por um período de dois anos, a Câmara funciona por dois anos. Não se pode estar mudando a Câmara a cada semana. Se puder mudar antes de dois anos, pode mudar a cada semana. Não é verdade ?

Lucila Lacrete

O senhor me permite um aparte, por favor?

Secretário Orlando Almeida Filho

Eu só queria terminar meu raciocínio. Eu acho que, não há dúvida nenhuma, que todos terão direito a palavra. Então a minha colocação é que sejam mantidos os membros existentes até que vençam o mandato daqueles que tem. E os que serão indicados, serão por período de dois anos, acredito também, pelo menos o que tinha entendido antes, vamos procurar aqui na legislação e que o secretário pode, como disse, tem até vontade de eventualmente que esse conselho tenha uma maior abrangência e uma maior representatividade. Então, acho que é isso.

Secretário Francisco Vidal Luna

Bom, deixa eu voltar na minha proposta. O que nós estamos aqui um pouco discutindo é o seguinte, aqui o conselho, nós podíamos ter continuado, ele aprecia, ele não aprova, nem vota. Estamos trazendo para apreciação. Este conselho tem uma representação que também não foi modificada, senão nós não conseguiríamos compô-lo agora. Se nós entrarmos com processo de ouvir as entidades, chamar as universidades, elas tirarem representação, nós ficaremos meses fazendo isso. Então eu acredito que nós deveríamos fazer este processo e depois desembocar na CTLU, se houver o caso. Então vamos discutir as representações aqui e desse mesmo processo que sai a representação da universidade, vamos discutir. Elas decidem quem vai representar na CTLU. Nós poderíamos mudar. A mesma coisa com a representação da sociedade civil. Mas eu gostaria de fazer isso começando por esse e caindo na CTLU, e dar continuidade nos trabalhos, senão nós vamos paralisar esses dois fóruns. Como este já tem uma mudança prevista, porque tem membros eleitos, a partir do momento que existem esses membros eleitos, nós já poderíamos fazer a recomposição dos membros todos que não são do Governo, que não são indicados. E a partir, essas mesmas entidades que se discutem aqui, quem vai fazer a representação na C MPU, pode eventualmente discutir a representação na CTLU e nós acolheremos sem problema. Mas eu gostaria de começar por esta, e que nós continuássemos trabalhando. Se não esta, em particularmente a CTLU, nós vamos parar se nós retomarmos a questão da discussão das representações. Eu estou trazendo aqui muito mais para tomar conhecimento que não é de votação daqui, mas gostaria de manter a discussão sem problemas.

Lucila Lacrete

Eu só quero esclarecer que as entidades são diferentes. O Conselho Municipal de Política Urbana é este fórum aqui. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística é o que trabalha na SEMPLA e que decide sobre os processos da lei de uso do solo. São duas

coisas diferentes. Hoje a pauta, a ordem do dia, a apreciação pela C MPU, ou seja nós, das entidades que integrarão a representação da sociedade civil na C TLU. Esta é a pauta. O secretário está propondo uma modificação na pauta, que nós não apreciemos a composição, se eu entendi isso...

Secretário Francisco Vidal Luna

Não, aprecia, não vota. Não é uma votação.

Lucila Lacreta

Apreciar, endossar?

Secretário Francisco Vidal Luna

Tomar conhecimento e pode se discutir. Mas não é aprovado. É uma comunicação.

Lucila Lacreta

É porque eu acho, o que eu quero deixar bem claro, é que não deve existir o endosso dessa composição. Que a C MPU então propõe, dentro de um prazo determinado que tanto a sua própria composição quanto a da C TLU sejam revistos. É isso? Ou não é?

Secretário Francisco Vidal Luna

È, está é uma sugestão. Veja o seguinte, eu trouxe aqui para apreciação. Basicamente agora saiu uma portaria que indicou membros dessas entidades, porque houve mudanças de membros, mas as entidades foram às mesmas. No passado houve uma forma de legitimação dessas entidades. E começou a funcionar dessa forma, e eu não quis entrar nesse processo, senão nós não iríamos constituir a C TLU. Como faz parte da legislação que se traga a apreciação, é isso que diz, eu trouxe para apreciação. E está em discussão possíveis mudanças no momento que na C TLU haja modificações dos membros, ou nós podemos rediscutir que em algum momento haja. Isso está em aberto. Mas não é para votar isto. Nós estamos dando palavra aos membros para que possam se manifestar, como a senhora se colocou a respeito disso. E nós vamos ter que abrir em algum momento o processo de modificação de membros daqui e da outra. É isso.

Aref Saab

Eu particularmente entendo que essas entidades que integram a C TLU deveriam ser submetidas ao plenário no conselho e ser aceito pelo conselho esta representatividade. E o senhor está abrindo eventualmente a possibilidade da eventual troca das representações numa próxima oportunidade. E eu entendo que também isso é um aspecto eminentemente democrático, porque não é o fato de alguém vir aqui solicitar diretamente que ele estaria contemplado. Acho que tem que ter convite para várias entidades e através de uma lista tríplice, o senhor pode trazer aqui e submeter ao conselho a indicação de um nome que foi submetido através de várias outras entidades, e não ser indicada simplesmente. Por isso não dá pra ser feito nada nesse sentido. Teria de homologar as entidades para que não trave o procedimento administrativo da administração e numa próxima oportunidade que o senhor está se comprometendo, logo em seguida as eleições de julho, a trazer outros nomes que eventualmente sejam submetidos a apreciação do senhor e convites a outras entidades.

Angela Maria Calabria

Eu queria ratificar o que eu disse antes. Então aqui, concordando com a Lucila, nós estamos tomando ciência. Como aquelas folhas que caminham pelo local de trabalho, a

gente toma ciência e sabe que aquilo existe. Mas nós não estamos votando e eu acho que isso aqui não pode ser fechado hoje. Temos que discutir isso numa próxima reunião, talvez uma coisa específica.

Alzira Nishikubo

Eu queria um esclarecimento. Eu gostaria de saber se em algum momento, eu não estou com a legislação aqui, qual é a determinação legal que existe com relação a CMPU referendar as entidades que participam da CTLU? Porque me parece que é esta que está sendo a diferença quanto a se tomar ciência e quanto a se deliberar e apreciar a eleição dos membros. Então eu gostaria desse esclarecimento, por favor.

Secretário Francisco Vidal Luna

Eu vou ler o item que trata disso no decreto. Representantes da sociedade civil proposta pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano ao Conselho Municipal de Política Urbana para apreciação e conseqüente designação pelo Prefeito. A apreciação, eu entendo que apreciação não é votação. Pelo menos foi o entendimento da nossa consultoria jurídica, que apreciação não seria votação.

Angela Maria Calabria

Essa discussão é a própria apreciação, então.

Secretário Orlando Almeida Filho

Deixando bem claro, só para que as pessoas possam, até como disse o secretário, é o artigo 14 que fala da composição do conselho que é paritaria, são vinte membros, dez governo, dez sociedade civil. O inciso segundo, que fala exatamente o que o secretário leu, é a apreciação. Agora, eu queria até ratificar a sugestão do Dr. Aref no seguinte sentido, porque quando a gente, me parece aqui, são questões sempre que vamos aprendendo junto com o conselho, não é. Como é apreciação, quer dizer, apreciação o secretário traz aqui uma sugestão, que é dever dele, é obrigação dele trazer, para que as pessoas apreciem. Como não é uma votação, me parece que são duas questões. A primeira, se o secretário poderia, colocando em apreciação, que essas pessoas se manifestassem da seguinte maneira. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão, os que estiverem contra, que se manifestem levantando o braço. Isso é muito simples. A segunda questão é exatamente essa, eu acho que não seria democrático que, aqueles que querem fazer parte do conselho se manifestem individualmente sem dar oportunidade que outras possam fazer parte, então o secretário está sugerindo. Nós vamos ter um término de mandato agora no mês de julho, aproveitar-se-ia o término de mandato, onde ocorrerá uma eleição para representante das diversas zonas de São Paulo. A colega representa, como disse, a zona leste de São Paulo. Ela vai participar de um novo processo eleitoral e pode, espero que seja reeleita, que sempre colabora com o conselho, e nesta ocasião, o secretário divulgaria as outras entidades que tem interesse. E pode fazer uma lista tríplice trazendo para apreciação do conselho. Então eu acho que seria dar oportunidades para que outros também participem desse conselho, visto que tem razão o André, não tem, a não ser aqueles que são votados, prazo. Os votados têm prazo de dois anos. Então eu queria, se o secretário permitisse, fazer essas duas sugestões. Primeiro ratificar aquela que ele já fez e segundo a apreciação é que o plenário, não em termo de votação, mas manifestação. Os que tiverem de acordo que se mantenham como estão, os que tiverem eventualmente contrários que levantem a mão para se manifestar.

Lucila Lacreta

O senhor me desculpe, mas a proposta não ficou clara. Nós vamos ou não endossar esses membros que estão aqui?

Secretário Francisco Vidal Luna

Eu gostaria de colocar o seguinte. Alguém mais quer se manifestar sobre esse tema. Vou colocar aqui à discussão do plenário a sugestão do Secretário Orlando a respeito da apreciação dessa questão. Porque senão nós vamos ficar dando voltas nessa questão. Já existe uma sugestão de um outro processo de modificação dos membros. Se houver alguém mais que quer se manifestar sobre essa questão, por favor.

Alzira Nishikubo

É, na verdade com essas discussões, me sucitou uma duvida, né. Essa Câmara Técnica, qual o papel dela junto ao Conselho Municipal? Queria até entender. E qual é o papel do Conselho Municipal em relação à definição dos membros da Câmara Técnica? E também, se essa questão neste caso, e não sendo nenhum órgão que vai subsidiar a decisão do Conselho Municipal, eu também não entendo o porque que trouxe aqui nessa condição também de apreciação. O que significa também apreciar?

Secretário Francisco Vidal Luna

Bom, aqui existe um decreto que diz isso. Por que o decreto saiu dessa forma? Não sei. Foi assim que ele saiu. Esse decreto é de 22 de maio de 2003, e cabe a mim como presidente dessa Comissão e da CTLU, trazer isso à apreciação. É isso que está aqui. Por outro lado, ele não é um órgão subsidiário deste conselho, a CTLU. Ele é um órgão normativo. Ele aprecia questões, e ele de fato, ele tem um poder quase que decisório em questões que existem dúvidas a respeito da aplicação da Lei de Zoneamento. Então ele é um órgão mais operativo do próprio conselho. Agora ele não é um órgão subsidiário do conselho. O decreto basicamente traz essa questão de trazer à apreciação deste conselho, os membros que comporão a representação na CTLU. É isso que estou trazendo. Mais do que isso, ele não diz pra votação, ele não diz homologação, ele diz apreciação. Isso que estou colocando para apreciação dos membros. Se os membros sentirem confortáveis de apreciar dessa forma, nós temos que continuar. O que estou colocando basicamente é trazer no futuro a discussão, não é trazer somente a este fórum. Como este fórum tem representações similares àquele fórum, por exemplo, das representações da sociedade civil, da universidade, por exemplo, eu gostaria na medida que este fórum existe modificações, que esta discussão dos membros sejam, façam parte desse...Quando nós discutimos, por exemplo, pedimos a representação das universidades, que existem as universidades que componham e indiquem um membro que eles sugerem para este conselho e pra CTLU. E nós vamos ou acolher, ou vamos colocar em apreciação aqui. E vamos indicar esses membros. Mas não seria isso agora. Porque este conselho também tem que ser modificado. Sendo o que significa isso. Quem é contra, por favor, se manifeste. Quem é contra? Lucila, Angela, Alzira, Conselheiro macrorregião 1. Foi apreciado. Que é o que diz a norma aqui. Olha, você me desculpe. Existe uma representação. Esse conselho está aqui representado. Quando nós modificamos este conselho, ou enquanto mantiver, esse conselho existe. E ele tem sua representação. Não há possibilidade de modificar a composição desses membros. Isso faz parte da lei, que criou esse conselho com essas representações.

Bruno Caetano

Senhor presidente, eu só queria fazer uma observação. Quando nós aqui discutimos essa questão, isso significa na minha opinião, que o assunto está apreciado. O assunto está apreciado. O que eu sugiro é que as manifestações da Lucila, que eu entendo pertinente e dos demais companheiros, sejam acrescidas essa apreciação, e que no futuro este conselho possa vir a deliberar ou discutir esse assunto. Acho que com isso contemplamos todos. Uma sugestão adicional que eu faço, como temos muitos novatos, assim como eu, que se possível, ou se houvesse estrutura para isso, que fosse encaminhado a todos os membros um kit de legislação básica sobre as funções da CTLU, as funções desse conselho, e até onde vão as atribuições, para que nas próximas reuniões agente possa deliberar ou discutir esses assuntos de forma mais informada. Talvez seja a melhor solução possível pra esse assunto.

Secretário Francisco Vidal Luna

Vamos considerar. Sem dúvida. Muito obrigado.

Alzira Nishikubo

Acho que é importante também quando mandassem essa documentação, também que se mandasse também direito os participantes deste conselho do qual o consórcio faz parte. Eu não sei quem são todos os parceiros.

Secretário Francisco Vidal Luna

Está ok.

Lucila Lacrete

Eu gostaria que ficasse formalizado a sua proposta de que esse conselho reveria a sua própria constituição, bem como da CTLU, em período curto. Que me parece ser a sua proposta, não é?

Secretário Francisco Vidal Luna

A minha proposta é, vamos deixar claro a minha proposta. Em julho existem modificações das representações dos elementos que são eleitos. Nesse mesmo momento, eu gostaria de voltar às entidades que estão aqui elencadas e solicitar que as entidades mandassem novos membros. E a partir daí fazer o mesmo processo para a CTLU. Sem problema, pode constar isso em ata.

Lucila Lacrete

Eu acho, por sugestão, eu gostaria que essa sua última proposta fosse apreciada pelo Conselho e se alguém for contra se manifeste, mas conste de ata.

Secretário Francisco Vidal Luna

Sim, o que estou dizendo consta de ata.

Lucila Lacrete

Sim, mas a apreciação não.

Secretário Francisco Vidal Luna

Bom, isso não caberia apreciação, porque na verdade isso aqui é uma sugestão, é uma comunicação.

Lucila Lacreta

Não, acho que seria um compromisso de trabalho.

Secretário Francisco Vidal Luna

Isso consta de ata, é um compromisso, consta de ata. Eu não preciso pedir para os membros aceitarem ou não meu compromisso.

Bom, o segundo item, que eu acho que esse é o mais relevante dessa reunião, é a questão da lei, é um projeto, é uma minuta de um Projeto de Lei para resolver a questão das garagens. Aqui eu gostaria até de fazer um pouco de esclarecimento. Não sei se todos estão a par do que está acontecendo. Quando foi aprovada a Lei de Zoneamento, houve um veto por parte do executivo que modificou o espírito, quer dizer, o executivo mandou um texto, uma minuta de lei, mandou para Câmara. Quando voltou, houve um veto por parte do executivo que distorceu o sentido dessa parte da lei, que tratava da questão das garagens. Pela tradição, as garagens não são áreas computáveis, até 100% da área, até o mesmo coeficiente, não é área computável, quando se trata de habitação e área de escritórios. Quando se trata de indústrias e depósitos, a área não é computável até 50% da área construída. O Projeto de Lei, quando saiu do executivo, ele não mencionava a questão do 50%. Ele mencionava simplesmente que não seriam computáveis as áreas de garagens até 100% da área permitida. Quando retornou, isso foi aprovado desta forma na câmara. Quando retornou para o executivo para sanção, este item foi vetado. Durante um período nós tentamos fazer com que houvesse uma derrubada do veto. Houve uma discussão com as diferentes bancadas dentro da Câmara, se entendeu que era possível se fazer a derrubada do veto, mas a questão da derrubada do veto implicava em duas questões. Uma mais formal, derrubar o veto significava que mesmo as áreas de indústrias e depósitos também poderiam ter 100% de área construída, se simplesmente derrubar o veto. Foi assim que saiu a proposta de lei do executivo, e foi assim que foi votado pela câmara, que depois foi vetada. Isso era uma questão. Então se ampliaria a área permitida sem contar como área construída para indústrias e para a parte de depósitos. Por outro lado, houve uma complexidade, uma negociação difícil dentro da própria Câmara, porque para fazer a derrubada do veto de um determinado item da lei, haveria a necessidade que todos os outros vetos fossem sacramentados. A lei só pode ser apreciada, por parte da câmara, no sentido da derrubada do veto uma única vez. Existe uma série de outros vetos que existem na lei que foi feito pelo executivo, e houve uma dificuldade de consenso por parte dos vereadores a respeito do que derrubar, de que vetos derrubar e que vetos não derrubar. Então havia mais ou menos uma aceitação que este veto das garagens deveria ser derrubado. Inclusive da representação do próprio partido dos trabalhadores, cujo executivo havia feito o veto na gestão passada. Essa discussão na Câmara não foi uma questão partidária. Houve uma boa vontade de apreciação desse tema, mas se chegou, por um lado, alguns vereadores entenderam que isso seria expandir o direito de construção dos casos de indústrias e depósitos. E por outro lado, houve um certo impasse de que outros vetos também apreciariam. Então a Câmara, isso nós temos discutido com os vários partidos, nos últimos dois ou três meses, houve um momento que o veto quase esteve para ser derrubado, mas nós temos sentido agora que dificilmente vai avançar essa questão. E o mercado imobiliário, ele ficou paralisado por esta questão, porque a norma tradicional é não onerar a área de garagens até 100% da área construída. Então o que nós estamos sugerindo aqui é uma minuta de Projeto de Lei que trataria só da questão das garagens e que nos apresentaríamos, depois de ouvido, nesse caso sim, cabe a esse conselho apreciação e uma manifestação a respeito disso. Este conselho tem esse papel. Então nós gostaríamos de discutir esse tema, isso já foi

distribuído entre os senhores. Se existe aceitação que se faça isso, se existe aceitação desse tema, dessa minuta, se existem discussões, se existem algumas opiniões, isso que nós estamos colocando aqui para apreciação do Conselho. Eu queria, por sugestão aqui do senhor Orlando, até ver quem se manifesta e inscrever as pessoas, se não nós vamos ficar... Quem tiver alguma coisa a discutir aqui.

Henrique

Eu só queria fazer uma colocação com relação a minuta, que ela tem um item que fala, descreve como “tais como”. “Tais como” dá margem as mais variadas interpretações. Então eu achava que isso deveria ser bem mais objetivo, dizendo tais, tais atividades da nR2.

Nilza Toledo Antenor

É que agora nós temos uma questão que são os usos não residenciais que abrangem uma série de atividades, e nós tínhamos então comércios, atacadistas, depósitos que eram especificamente na legislação anterior classificados de forma, por exemplo, nós tínhamos C3, S3 para que todos que conheçam a legislação anterior têm essa referência. Então nós utilizamos talvez inadequadamente o “tais como”, mas seriam essas atividades, os de grande porte, que são atividades do tipo atacadistas, depósitos que teriam então, digamos, condições de não ter tanta clientela e não tanta necessidade de vagas. Então nesse sentido, elas estão restritas a 50%. Foi nesse sentido que nós fizemos, mas podemos retirar a palavra “tais como”.

Henrique

Estou de acordo, só tiraria o termo das nR2, só tirar a palavra “tais como” para não dar margem depois a “tais como”.

Nilza Toledo Antenor

A sugestão do Aref é que agente coloque então as seguintes atividades: nR1, nR2, oficinas e indústrias. Porque nós estamos especificando, indústrias tipo Ind1b e Ind2. Então estamos dando realmente uma especificação. Então nesse caso, em vez de “tais como”, as seguintes atividades.

Perfeito com essa alteração.

Henrique

Tem mais uma questão, não sei da pertinência. Mas existe o item na lei 13.885 que é a questão de pátio de carga e descargas para diversas atividades. Eu não sei porque ela saiu com um número muito baixo. Então, por exemplo, em atividades nR2, algumas delas, a partir de 250 m² a 1000 m² exige uma vaga de carga e descarga de caminhão e a cada 1.000 m² mais uma vaga de caminhão. Uma vaga de caminhão é 8m por 3m e com manobra interna, quer dizer, então um sobradinho de 250 m² vai precisar ter uma vaga de caminhão para carga e descarga. Então vai ter que demolir o sobrado para poder transformar o sobrado num escritório. Se nós pegarmos um shopping center, por exemplo, de 30.000 m², vai precisar ter 30 vagas de caminhões, quer dizer, nem depósitos de grandes empresas têm essa quantidade de vagas. Então eu não sei, na época em que conversei com Jorge Wilhelm, ele também se surpreendeu. Acho que se agente colocar um zero a mais em todos eles, resolve o problema, porque a lei hoje, ela tem a partir de 10.000 m² em edifícios de escritórios, é exigida uma vaga de carga e descarga de caminhão, a partir de 500 vagas, para edifícios residenciais e 200 vagas de edifícios de escritórios. Que, mais ou menos, equivale aos 10.000 m². Então se agente pudesse

por a partir de 2.500 a 10.000 uma vaga, e a cada 5.000 ou 10.000, enfim, uma vaga, acho que viabilizaria. Porque senão não vamos mais ter prédios de escritórios em São Paulo com essa quantidade de vagas de carga e descarga, e até vai contra o plano de não deixar entrar caminhões no centro da cidade. Estamos numa redundância aí. Não sei se é viável ou não incluir isso.

Secretário Francisco Vidal Luna

É, eu só queria colocar uma questão. Eu tenho a impressão que qualquer coisa que se inclua aqui, eu tenho a impressão que nós corremos o risco de não conseguir a aprovação disso. Existe uma conversa a respeito disso. Uma vírgula que se coloque a mais, eu tenho a impressão que corremos o risco de não aprovar. Inclusive porque teoricamente, nós só poderíamos mandar modificações da lei de zoneamento no ano que vem. Então eu tenho a impressão que tratar dessas questões, seriam melhor incorporar esse tipo de sugestão no ano que vem. Sem problema. Essa seria a minha sugestão. Eu estou inclusive, eu vou distribuir, só fazendo um parêntese, eu vou distribuir também uma minuta de um outro projeto de lei que trata daquele buraco negro da zona que ficou sem definição. Eu só estou distribuindo hoje, nós não vamos apreciar. Eu não quero entrar com esse junto com outro. Na próxima reunião, nós poderíamos, a depender do que ocorra com esse, nós poderíamos, discutir esse outro, que pode dar mais margem a discussão mesmo entre nós. Eu só estou distribuindo, nós poderíamos apreciar isso na próxima reunião, e a depender do que ocorra nisto, nós mandamos ou não esse segundo caso. Eu não gostaria nem de misturá-los. Eu tenho a impressão que se nós mandarmos qualquer modificação adicional, dá forma que a questão está hoje na Câmara, nós corremos o risco de não aprovar absolutamente nada. Eu tenho a impressão que tem que ser, como a sua sugestão de mudança, questões formais aqui, utópicas, mas se nós introduzirmos outros itens, nós temos riscos. Nós podemos eventualmente até a próxima, discutir isso. Passado isso, mandar alguma outra coisa. Eu estou sugerindo um texto para aquela área, eventualmente podíamos discutir isso também como uma questão utópica. Sem problema. Acho que nós devíamos dividir, de fato, pequenos projetos...

Lucila Lacreta

Bom, eu acho que essa lei é muito boa, realmente ela tem que ser mandada para Câmara. Agora eu questiono no parágrafo único a inclusão de oficinas, porque se assistência técnica são oficinas, as assistências técnicas geram uma demanda de vaga muito grande. Então eu sugiro que seja a oficina retirada ou esclarecida que tipo de oficina que é. Endosso também a redação do Aref que pelo que entendi, ficaria assim. Parágrafo único. Nas seguintes atividades abaixo relacionadas, as áreas cobertas referidas no “caput” desse artigo não serão computadas para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento até o limite de 50% do coeficiente adotado no projeto. E aí se relacionaria esses grandes serviços de armazenagem, a guarda de bens móveis, indústrias 1, indústria 2, mas sem o “tais como”. E outra questão que surgiu ultimamente, que eu não sei se cabe aqui, mas eu gostaria de levantar é que talvez inclua um outro parágrafo dizendo que como essas vagas fazem parte do uso da edificação, elas não poderão ser locadas, que aí evitaria-se problemas das cobranças, alugadas ou cobradas.

Secretário Orlando Almeida Filho

Contrária a lei federal do código civil. O código civil permite. Então não podemos ser contra uma lei federal.

Lucila Lacreta

Bom, eu entendo diferente. O uso estacionamento, ele é um uso exclusivo. Ele só poderia existir, só se fossem nas vagas excedentes ao que consta nessa lei. Então seria um esclarecimento.

Eduardo della Manna

Não, a minha dúvida é justamente o que o Henrique colocou, que já está esclarecida. Mas eu acho que a Lucila, eu acho que o texto final ficou: parágrafo único - Nas edificações destinadas às seguintes atividades: nR2, serviço de armazenagem, a guarda de bens móveis. A questão oficinas, eu não sei. Talvez os técnicos vão ter que examinar melhor. A minha segunda sugestão, endossando o que o Henrique falou e que eu já conversei com o secretário, eu acho que nós tínhamos, os membros da CTLU, e quem trabalha com isso, começar a fazer uma coletânea de todas essas pendências que estão na lei que tem que ser consertadas e...

Secretário Francisco Vidal Luna

Já existe constituída na SEMPLA uma comissão tratando disso.

Eduardo della Manna

E pra gente na CTLU discutir esse assunto. E propor finalmente, secretário, que esse texto seja encaminhado à próxima reunião da CTLU pra aprovação, para logo encaminhar pro Prefeito.

Secretário Francisco Vidal Luna

Você (Nilza) quer dar um esclarecimento sobre oficina. E depois valeria a pena escrever exatamente o texto pra que agente aprove um texto perfeito para não haver depois dúvidas.

Nilza Toledo Antenor

A questão das oficinas, nós, por cautela, o incluímos por questão de que, no decreto que fizemos a regulamentação das atividades que foi recentemente publicada, nós temos alguns estabelecimentos de porte também no grupo de atividades Oficinas, nós temos cantaria, marmoraria, carpintaria, marcenaria, nós temos também posto de abastecimento de veículos em alguns casos, manutenção e reparação de artefatos de metal, manutenção de artigos esportivos. Então, como existe um conjunto significativo...serralharia, vidraçaria...nós temos uma série de outros componentes. Achamos por cautela, porque a redação da legislação anterior continha oficina também. Então por isso que nós preferimos mantê-la, porque a própria lei da AET, no qual essa redação dá 50% para oficinas e para indústrias e também para comércios atacadistas, ela foi mantida pela própria lei 13.885. Então nós recuperamos praticamente a redação, pra quem conhece a da AET, há exatamente essa questão. Devido a nova classificação dos usos residenciais e não residenciais, por cautela preferimos incluir oficinas. Se os senhores acharem que não devemos, é uma decisão aqui a ser colocada.

Paulo Giaquinto

Paulo Giaquinto, Universidade Mackenzie. A minha pergunta é muito simples. O nR3 aplica o artigo ou ele ficou faltando no parágrafo? O nR3 não está citado no parágrafo. Então automaticamente se aplica o artigo para o nR3? É isso?

Secretário Francisco Vidal Luna

Nilza, por favor. O nR3 não está citado no artigo. Isso significa o que do ponto de vista dele? Como ele será tratado?

Nilza Toledo Antenor

O nR3 ele tem uma classificação a parte, um estudo a parte. São pólos geradores de tráfego ou são aspectos, atividades que incomodam o meio ambiente. Então eles podem tanto ser nR2 e se enquadrar como nR3. Pelo tipo de comprometimento que ele possa causar, seja na infra-estrutura, tá certo, ele pode realmente ser um pólo gerador, ele tem que ter um tratamento específico. Ele passa pela CAIEPS. Se ele tiver algum comprometimento do meio ambiente, que cause algum problema a saúde e a outros aspectos, ele também passará. E, neste caso, a exigência será superior feita pelo CAIEPS. Razão pela qual nós não estamos fazendo a inclusão desse tipo de atividade.

Paulo Giaquinto

Se ele não se enquadrar em nenhum dos dois casos, ele ficaria num vazio?

Nilza Toledo Antenor

Por que ele ficaria num vazio?

Paulo Giaquinto

Por exemplo, o posto de gasolina, como é que você faz?

Nilza Toledo Antenor

Então, ele está em uma oficina. É exatamente o ponto que eu acabei de dizer, ele está como nR2 - oficinas e que nesse caso estaria nos 50%. No decreto de uso está assim.

Aref Saab

É que ela fixou o nR2, que já determina um determinado, um porte de serviço, ou de usos não residenciais que deveriam ser restringidos a sua utilização como estacionamento. Como área destinada a estacionamento. Agora, as mesmas atividades elas podem ser nR1, que seria uma situação para determinados locais e dimensões menores, e que poderiam eventualmente utilizar o 100% do aproveitamento não está dentro dessa listagem.

Nilza Toledo Antenor

Porque ela seria um serviço normal, e não esse tipo de oficina. Claro, isso é perfeito.

Secretário Francisco Vidal Luna

Tem mais alguém inscrito?

Angela Maria Calabria

Nós temos analisado, como sempre, que o estacionamento, garagem quando não estão na projeção do prédio ou no subsolo, eles entram na taxa de ocupação. Eu não sei se seria necessário frisar isso já que a lei nova 13.885 não fala sobre isso, de que fora do corpo da edificação entra na taxa de ocupação. Eu digo isso porque são 31 subprefeituras e podem haver entendimentos diferentes, né? Obrigada.

Aref Saab

Essa preocupação além de ser válida, ela é desnecessária. Porque o estacionamento quando é em sub-solo, tem suas regras específicas para sua utilização e ela não é computada. A lei diz edificações cobertas destinadas a estacionamento não entra no cálculo do coeficiente de aproveitamento. Ocorre que se ele projeta, se ele sai ao nível do solo, acima do sub-solo, pavimento térreo, ele tem de atender a projeção, porque a lei determina 50%, independente para que atividade, computável ou não computável. Então ele está dentro dos 50%. Ele pode erguer dois ou três pavimentos e seguir os 50%. Ele não pode utilizar as mesmas condições do sub-solo. Então é uma preocupação que não há razão porque a própria lei já salvaguarda a projeção. Só abre no sub-solo para estacionamento daquelas condições com recuo de frente apenas, está certo.

Secretário Francisco Vidal Luna

Bom, eu gostaria então de colocar. Bom, nós temos um texto básico que depois eu queria ler perfeitamente. Nós temos uma sugestão de inclusão, a questão da cobrança ou não. Eu queria primeiro votar essa minuta que nós estamos discutindo, com a modificação sugerida de texto, a partir do “tais como” e eu gostaria de ler esse texto, quer dizer, eu gostaria de ler isso. Ler o texto exatamente como ele vai ficar, para que nós tenhamos uma clareza da forma. Mas eu gostaria de ter em discussão e votação isto. E depois, nós poderíamos discutir, votar se alguém é a favor ou não da inclusão de um outro item que trata da questão da cobrança. Eu acho que, de qualquer forma, eu não misturaria, independente da questão da legalidade, eu não misturaria aqui também na questão das garagens, qualquer outro item que fosse pelo menos questionável agora. Eu acho que nós podemos complicar. Como outros textos. Nós podemos trazer outras questões e nas próximas reuniões que essa passar, apresentar projetos de lei. Eu não tenho nenhum problema. Então a única coisa que nós devemos fazer agora, ver exatamente a forma, para que nós estejamos de acordo com a forma que nós estamos com esse texto. Desculpe, tem um outro item, que foi a sugestão também, que é a questão das oficinas. Então isso nós temos que deliberar.

Lucila Lacrete

Olha, eu acho que do jeito que o novo decreto está, ele engloba tanta coisa que alguém vai ficar prejudicado. Então é melhor ele fazer uma vez à área do terreno, do que cortar pela metade, porque certamente vai fazer falta. Porque tem uma série de usos e depois, por exemplo, talvez um posto de gasolina, ele pode usar até 100% não computável, mas que área ele vai ter de estacionamento?

Secretário Orlando Almeida Filho

Mas você está querendo excepcionar um único item?

Lucila Lacrete

Eu quero que se esclareçam quais são as oficinas que tem o limite de 50%, porque é muito grande a gama das oficinas e nós certamente, generalizando da forma que está, vamos cometer injustiças.

Secretário Francisco Vidal Luna

Se nós não citamos aqui nós vamos pro 100%.

Lucila Lacrete

Vai pro 100%.

Secretário Francisco Vidal Luna

Quer dizer, na verdade, a tua sugestão é se especificar, ampliar?

Lucila Lacreta

É, e no caso do posto de gasolina, ele pode estar textualmente aqui, posto de gasolina.

André Luís Pina

Só uma questão. A hora que agente liberar os 100%, tem atividade que não está na sua origem, na sua necessidade, o estacionamento. Aí, de repente aquilo que você estava questionando de cobrança de estacionamento, eu vou ter oficina fazendo locação de estacionamento em sua área, vou ter várias atividades, como atividades secundárias e o estacionamento.

Lucila Lacreta

Estou preocupada com a assistência técnica, que tem o tamanho médio, e ela gera muito tráfego. Oficina de carro até, troca de óleo, sei lá, um monte de coisa que...

André Luís Pina

Se você olhar as concessionárias de veículos, as assistências técnicas, elas têm que ter um local de reparo. O que você tem, a demanda que vai para estacionamento, é aquele cliente que vai ou comprar o carro, ou ver. É muito pequena. É diferente daquele cliente que vai deixar o seu carro pra manutenção, aí ele tem um pátio.

Eduardo della Manna

Eu não sei, mas eu acho que a preocupação, ela existiu. Quando a cidade tinha o coeficiente 4, era razoável que se adotasse 50%. Se hoje o coeficiente básico é 1, e dificilmente chega a 2 ou 2,5 qual é o problema, pergunto eu, de deixar os 100% para estacionamento. Os 50% provoca o carro na rua. Os 100% provoca o carro dentro do lote, que é o que a prefeitura quer defender. Então nós estamos imaginando ainda 4 de coeficiente, 50% de 4 vai dar 2. Só pode fazer 2. Mas gente, estamos falando de 1. Oficina é 1. Então uma oficina tem 100m, o cara vai ter 50m pra estacionar. É um absurdo. Eu deixaria tudo 100% que é o lógico, é o lógico pra cidade. Desculpe, mas eu acho que tem que ser 100% tudo.

Nilza Toledo Antenor

Eu acho que, esclareceria se eu lesse o grupo de atividades de oficina, porque até faria uma correção na redação que seria: nas atividades destinadas aos seguintes grupos de atividades. E daí talvez eu pudesse excepcionar alguma atividade. Então nesse sentido, pra tentar conciliar essa questão, eu vou ler todas as que estão no grupo de atividades do decreto. Seriam grupo de atividades oficinas: cantaria; marmoraria, é um tipo; carpintaria; marcenaria; confecção de placas e cartazes; embalagem, rotulagem e encaixotamento; encadernação e restauração de livros, talvez esse eu possa excepcionar; entalhadores, esse também eu possa eventualmente excepcionar; gráfica, essa é grande, clichéria, linotipia, fotolito, litografia e tipografia; laboratório de controle tecnológico e análise química; lavanderia hospitalar; manutenção e preparação de artefato de metal; manutenção e reparação de artigos esportivos e recreativos; manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos em geral; manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, alinhamento, balanceamento, amortecedores, chassis, estofamentos, faróis, freios, funilarias, molas, motores, pinturas, radiadores, rádios e

similares; oficina de taxidermia; posto de abastecimento de veículos; posto de lavagem de veículos; posto de troca de óleo; estúdio fotográfico, de gravação de vídeo, de sons, de filmagem, talvez esse também possa excepcionar; soldagem; vidraçaria; e serralheria. Então eu gostaria de submeter pelo menos esses três que eu citei como excepcionalizando, eu pudesse incluir as oficinas.

IAB

Senhor presidente, me parece que o foco, com essa legislação, era restaurar a prática convencionada. Não podemos perder esse foco. Então me parece que a Nilza fez uma proposta bastante adequada de explicitação, mas o problema não é nem tanto essa explicitação, não é o tamanho exatamente, mas a condição de incomodidade na relação com o espaço urbano. Então me parece que a condição do texto está bem conduzida, mantendo a proposição de ter os 50%, porque nessa condição de 50%, só interessa naquela condição do grande empreendimento de espaços industriais e tudo, que de repente, passam a ter uma metragem quadrada de estacionamento que vai especificada e que depois não é estacionamento e vira outra coisa. Então eu acho que agente tem que tomar muito cuidado com isso. Existe uma proposição aqui que é ponderada, agente não vai resolver em termos de fazer plano urbanístico aqui. É simplesmente corrigir um detalhe que está impactando na atividade econômica e na vida da própria cidade, para os projetos dessa cidade, essa é a minha colocação. A sugestão é que se mantenha o texto muito na linha do que está proposto e que façamos a correção dessas especificações aqui. As proposições da Nilza são razoáveis de incluir, mas a questão das oficinas não é o grande problema. O projeto, como está, deve ser mantido nessa linha, porque senão nós vamos cometer outros erros aí. Eu acho que é essa minha proposta.

Jorge Furini

Concordo com o Paulo, inclusive era nesse aspecto que eu ia falar. Eu acho que o secretário colocou muito bem no começo a delicadeza do trato desse assunto perante a Câmara Municipal. Eu acho que a Nilza colocou como, praticamente uma atualização do artigo 15 da lei 10.334, mantendo a situação como estava antes, como sempre vem sendo tratada durante todos esses anos, ela não causará tanta polêmica, nem uma discussão. Essas questões absolutamente pertinentes quanto à oficina, quanto à cobrança de estacionamento, etc e tal, acho que elas podem ser objeto depois, na revisão da lei 13.885, porque não existe assim, tanta urgência nesse aspecto. É importante sim, precisa ser pensado, mas eu acho que deve ser pensado com calma. Então manter a proposta com aquela alteração que foi sugerida pela Lucila logo no início, quanto à, não foi pela Lucila, acho que foi pelo Henrique, quanto ao “tais como” e fica praticamente aquilo que existe hoje e já está, mais ou menos, amarrado.

Adriana Levisky

ASBEA, Adriana. Eu reitero. As minhas palavras são exatamente o que os dois colegas acabaram de dizer. Eu sou favorável a uma deliberação.

Eduardo della Manna

Eu só quero retirar a minha proposta em função do que o Furine acabou de dizer, que politicamente ele tem toda razão. É melhor não mexer nesse assunto agora, pra gente salvar a garagem.

Secretário Francisco Vidal Luna

Olha, essa é a minha sugestão. Então se não houver nada, nenhuma objeção, vamos colocar em votação, quem for contra se manifeste, por favor. Com aquela modificação do “tais como”, acertando aquilo. Então está aprovado. Vamos ler o texto, vamos terminar a redação, e ler pra que não haja nenhuma dúvida, até o final da reunião agente lê e deixa um texto que esclareça o que nós queremos. O Domingos preparou um texto aqui, vamos ler. O texto ficaria o seguinte: Nas edificações destinadas aos grupos de atividades não residenciais nR2: serviços de armazenagem e guarda de bens móveis, oficinas e indústrias dos tipos Ind-1b e Ind-2, as áreas cobertas, referidas no “caput” desse artigo não serão computadas para efeito do cálculo. Quer dizer, então o texto fica agora mais claro. Nas edificações destinadas aos grupos de atividades não residenciais nR2: serviços de armazenagem e guarda de bens móveis, oficinas e indústrias dos tipos Ind-1b e Ind-2, as áreas cobertas não serão computadas para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento até o limite de 50% do coeficiente adotado no projeto. Está fechado isso. Resolvemos um problema. Então a idéia aqui é o seguinte. Eu quero levar esse mesmo texto ainda para CTLU e depois encaminhar para Câmara Municipal, antes do recesso em julho. Nós temos agora a discussão do item pra ser incluído na pauta. Por favor, você (Lucila) queria colocar.

Lucila Lacrete

Eu vou falar rapidamente. Eu acho que essa é uma questão que demandaria mais tempo, eu até sugiro que seja incluída na próxima ou numa outra reunião, que é a questão de um plano, caberia à prefeitura pelo Plano Diretor, pelo artigo 16, inciso VII, induzir a elaboração de um plano aeroportuário metropolitano. E eu digo isso porque poucos anos pra cá, coisa de dois anos, existe uma série de rotas de helicóptero. E essas rotas foram modificadas. Então existe uma rota, a chamada “a faixa externa” que é exatamente a que sai do Jaguaré e passa pelos bairros de Perdizes, Pacaembu, Lapa, Alto da Lapa, Vila Romana, até chegar na Av. Paulista. E essa virou uma rota extremamente intensa, o tráfego intensíssimo. Eu trouxe até uma fita de vídeo, num momento oportuno eu entrego pro secretário, que foram computados em menos de duas horas, vinte passagens dessas aeronaves. O que dá durante 6 da manhã as 10 da noite, o que seria o horário permitido para que os helicópteros trafeguem, mais de 70 vôos em cima dos bairros. Então a comunidade dessa região tem nos procurado, nós estamos procurando também a aeronáutica pra ver se conseguimos resolver também essa questão, pra que a rota, ela volte a ser nas marginais, que não incomodaria tanto, ou que ela passe por bairros menos residenciais, mais de comércios, industriais, e minimizando esse impacto. Então eu acho que caberia a Secretaria do Planejamento uma atenção especial, porque existem 400 helipontos nessa cidade. 400 helipontos formais, aprovados pela aeronáutica, os que nos torna a cidade com maior número de helipontos do mundo. Isso nos preocupou tremendamente, porque na pauta da ultima reunião da CTLU existem o pedido de aprovação de 15 helipontos. Não basta só o tráfego terrestre, mas o aéreo também tem que ter um certo controle. Então eu pediria ao secretário que, por favor, talvez crie uma equipe pra cuidar dessa questão. Nós já estamos fazendo gestões junto a aeronáutica, gostaríamos que na nossa visita a aeronáutica fosse alguém da SEMPLA, e pediria também ao senhor que num determinado momento nos receba para que possamos expor os números e colocar a problemática. Em termos do Conselho Municipal de Política Urbana, não se delibera, mas que opine, que se peça a Secretaria do Planejamento que forme esse grupo de trabalho pra estudar a elaboração de um plano aeroportuário metropolitano. Obrigada.

Secretário Francisco Vidal Luna

Bom, eu já posso falar aqui, independente da solicitação. Eu acolheria essa idéia de formação na CTLU. Na reunião que nós tivemos, nós percebemos a dificuldade que é aprovar a questão dos helicópteros. Eu tenho a impressão que, participei de uma delas, foi a primeira reunião agora que nós participamos. Existe um certo incomodo das pessoas para tratar do assunto. Se aprova um pouco em cima de normas que os membros não ficam muito satisfeito, muito tranqüilo em aprovar isso. Eu tenho a impressão que nós deveríamos estudar isso, junto com a aeronáutica, as rotas cabem a ela, mas nós poderíamos fazer gestões, formar efetivamente um grupo e trabalhar um pouco dentro desse sentido. Sem problemas.

Rubens Chammas

Só pra esclarecer, na ultima gestão já tinha sido montado um grupo inter-secretarial de assuntos aeroportuários, e acho importante resgatar isso. Eu fazia parte como representante da SEMPLA nesse grupo. Um grupo com Secretarias do Planejamento, do Verde-Meio Ambiente, de Transportes. Então acho que, para agente não fazer um retrabalho, resgatasse esse grupo. Eu, pelo menos no diário oficial, não vi nenhuma portaria que fizesse a revogação do grupo, então o grupo deve existir. Ele existe, mas ele não está atuando, então resgatar isso, pra gente retomar o trabalho.

Secretário Francisco Vidal Luna

Eu verifico isso, se o grupo existe, se ele já tem trabalhos em andamento. Nós recuperamos esse mesmo grupo e trazemos aqui as informações na próxima reunião, ou constituímos um grupo.

José Antônio Ungaro

Eu gostaria de colocar aqui; essa questão poderia ser discutida mais amplamente com toda a problemática de aviões que saem de Congonhas, que chegam em Congonhas. Então, é um problema de ruído muito intenso, e que teria que ser estudado também a rota dos aviões quando entram ou chegam em Congonhas, que vem pelo pico do Jaraguá, ou partem de Congonhas e fazem uma curva impressionante em cima da cidade, trazendo ruídos para muitos outros bairros que não esses, que são estritamente com helicópteros. Mas o problema é geral da cidade, então eu estou querendo ampliar essa discussão para toda rota de aviação.

Secretário Francisco Vidal Luna

É, eu gostaria, eu tenho a impressão que o grupo pode até analisar isso, mas eu gostaria que a questão dos helicópteros houvesse uma concentração nisso, porque nós deliberamos a respeito, nos helipontos, quer dizer, de fato nós temos poder em alterar alguma coisa em relação aos helipontos. Esse grupo pode até tratar disso, fazer gestões na aeronáutica, tratar do mesmo tema. Mas eu tenho a impressão que pelo menos a questão dos helipontos, nós deveríamos tratar e avançar em relação a isso, e nós temos poder de criar normas que definam um pouco a movimentação deles, ou pelo menos onde eles param.

José Antônio Ungaro

É, e se pudesse, discutir também a possibilidade de algumas mudanças na rota de aviões.

Tereza Espósito

Eu queria um esclarecimento a respeito do que foi nomeado. O projeto de corrigendas da lei do uso do solo. Esse projeto, ele foi formatado, ele está na Câmara, afinal o que consta desse projeto? Ou ele não está na Câmara e ele será também submetido como estão sendo esses aqui ao conselho municipal de política urbana?

Secretário Francisco Vidal Luna

Ele já está na Câmara. Ele já foi preparado, ele não foi trazido aqui porque o grupo não estava constituído. Nós entendemos que valia a pena encaminhar para Câmara. Nós podemos trazer na próxima, antes disso mandar para todos os membros. E o que acabou acontecendo é um texto diferente do que havia sido apresentado, preparado na administração anterior. A corrigenda, havia sido preparado um documento que ele não só fazia corrigendas, como ele modificava a própria lei. Então no final da gestão passada mandou esta minuta de projeto para a CTLU. E a CTLU devolveu entendendo que o que estava sendo tratado lá, não era uma parte disso, não era matéria de corrigendas, mas eram questões que de fato afetavam o zoneamento. Por exemplo, a questão da garagem estava tratada lá. Essas áreas não definidas claramente estavam tratadas lá. E aí ele fugiria o de uma lei de corrigendas. O que foi feito é a pura corrigendas, modificações tópicas dentro do que se entende por corrigendas. Nós podemos mandar uma cópia a todos e o projeto já está na Câmara e ainda não foi apreciado. Se alguém tiver alguma sugestão, alguma coisa, mesmo durante o período que está lá, nós podemos eventualmente até agregar alguma coisa. Nós quisemos antecipar isso, enquanto esse conselho não se reunia.

André Luis Pina

O PL, ele foi lido na Câmara, ele não entrou em votação, ou seja, a Câmara acusou o recebimento dele. Ele não veio propriamente ao conselho, porque na realidade o PL de Corrigendas, ele se restringiu bastante em seu papel. Ele não tem nenhuma alteração. Nós poderíamos até mudar o nome dele, que é um nome fantasia. O que se fez nesse PL são erratas. Ou seja, remissões incorretas, número de artigo errado, ou seja, não é nenhuma alteração de nada. Por isso também que o Secretário não encaminhou ao conselho, porque não tem nenhuma proposta que altera em nada o projeto de lei aprovado. O que se fez simplesmente foi o que a assessoria jurídica concordou, foi correção de remissões erradas. Então seria uma Errata que, no seu devido tempo, a Câmara poderia ter feito isso, se quando a Câmara mandou para publicação o projeto de lei aprovado, ela poderia ter feito uma errata, independe de lei e ter corrigido, remissões erradas, indicações erradas. Isso faz parte das competências da assessoria jurídica da Câmara fazer. Como a Câmara não fez, para o executivo poder fazer essa correção de remissões, ele é obrigado a mandar um Projeto de Lei, então esse Projeto de Lei encaminhado, na realidade, é puro e simplesmente correções de remissões. Não tem nenhuma alteração de nenhum conceito, nem texto da lei. Foi só isso.

Tereza Espósito

Perfeito, então completando, eu entendo que a dupla classificação de várias vias da cidade de São Paulo como coletoras, enfim, a dupla classificação foi entendida como uma errata, ou isso vai ter que ser objeto de um novo Projeto de Lei? Digo isso porque, se vai ser um novo Projeto de Lei, eu, não só como representante da macrorregião Centro, mas como técnica da subprefeitura e operadora dessa legislação, eu acho que os outros membros das subprefeituras devem concordar comigo, eu colocaria como o encaminhamento desse Projeto de Lei da corrigenda, da classificação das vias, como

sendo uma questão prioritária. E que não aguardasse a todas as propostas que vão sair obviamente do grupo de trabalho da revisão da lei de zoneamento. Porque essa é uma ferramenta que emperra hoje. É uma classificação básica que emperra hoje a aplicação da legislação.

André Luis Pina

Sobre a questão que a Espósito está colocando sobre as coletoras. É, basicamente o que está havendo, independente das divergências sobre classificação de coletoras ou não, nós temos uma sobreposição de estruturais sendo N1, N2 e N3, com algumas coletoras. No processo do PDE, nós fizemos um grupo intersecretarial que classificou as vias estruturais do município de São Paulo. Todas aquelas que fossem classificadas como estruturais pelo PDE e pela listagem da CET estivessem como coletora, porque a CET tinha uma listagem que é para utilização do código nacional de trânsito. Então a função no PDE é pra legislar sobre o uso do solo. E da CET era pra legislação do código nacional de trânsito, velocidade de via, largura de via e outras coisas. Foi acordado que a CET fizesse o expurgo de sua listagem para não haver confusão na aplicação das duas leis do que era coletora e tinha virado estrutural. Esse era o trabalho de lição de casa da CET. Quando nós encaminhamos no final da outra gestão, o Plano Municipal de Circulação e Transporte para Câmara, a listagem de coletoras estava nesse Plano Municipal de Circulação e Transporte, que tinha sido elaborado pela Secretaria de Transportes, CET, SPTRANS. Ele deveria ter feito esse expurgo, porque era o que a CET tinha dito pra gente: “Nós já expurgamos aquela sobreposição”. Quando a Câmara solicitou que a listagem de coletoras passasse a fazer parte da lei, nós pegamos a listagem de coletoras que fazia parte do Plano Municipal de Circulação e Transportes e incorporamos à lei 13.885. Porém, algumas vias não foram expurgadas, então o que aconteceu? Nós temos duas leis de mesmo valor e mesmo peso que é o PDE e a 13.885, é a primeira complementação do PDE, tratando do assunto. Então, na realidade, aqueles trechos de vias que eram estruturais e a lei 13.885 classificou como coletora, infelizmente. É o que nós estamos reestudando no grupo de novo para voltar. Aí vai ser na revisão. Elas hoje para aplicação da lei, eu ainda não mandei seu ofício, porque estou esperando a resposta oficial de nossa assessoria jurídica, elas são coletoras. Então, se eu tenho uma via de A a C como estrutural e erroneamente saiu como coletora de A a B, no trecho A a B hoje ela é coletora, porque a lei 13.885 é do mesmo peso e valor do que a lei do PDE. Então, na realidade, na aplicação da lei o que vai acontecer, trecho de via A a B coletora, trecho de B a C estrutural. Não é o que nós gostaríamos. Nós estamos revendo e retornando no grupo de novo. Mas legalmente é o que aconteceu hoje. Não sei se fui claro no esclarecimento, mas onde há sobreposição, o trecho sobreposto virou coletora.

Tereza Espósito

André, existe uma situação que não está dentro desse procedimento, dessa passagem do PDE par PRE, mas dentro dos livros anexos do PRE. Existem sobreposições de vias que estão, aí sim, como coletoras no quadro 10 e propostos como estruturais no texto do livro anexo. Isso entenderia talvez que fosse uma corrigenda?

André Luis Pina

Isso não cabe corrigendas. Veja bem, se saiu, independente do que deveria, isso não é uma corrigenda. É uma alteração, porque o que está valendo é o que está na lei em vigor.

Tereza Espósito

Eu me referi exclusivamente a situação de uma via que tem dupla classificação. Aparece nos quadros anexos da lei 13.885, tanto como estrutural, seja qual for o nível, como coletora, no texto da lei. Estou falando classificada duas vezes.

André Luis Pina

Mas o que nós detectamos é que tinha uma listagem do PDE e uma listagem da Lei 13.885.

Tereza Espósito

Então eu deixo para que os técnicos da SEMPLA analisem. Não acho que a gente vai chegar em um consenso agora. Eu como representante da macrorregião Centro e técnica da subprefeitura, coloco essa questão como prioritária, e vocês sabem, pra gente poder aplicar a legislação tal qual hoje, independente de qualquer processo de revisão e análise que nós também vamos participar. E a minha proposta é que da mesma forma como vocês apresentaram o PL das garagens, agora a questão do buraco negro da Vila Mariana, que isso seja colocado também como projeto de lei a parte e que não aguarde o processo de revisão. Eu faço essa colocação e aguardo na medida do possível um posicionamento da SEMPLA.

Nilza Toledo Antenor

Eu só gostaria de esclarecer que realmente esse é um problema. Nós já constatamos esse problema. A colega tem toda razão. E nós estamos procedendo às correções. Em casos específicos, nós julgamos que pode inclusive, eu estou encaminhando até um processo pra CTLU, porque é flagrante realmente a sobreposição e nós não podemos deixar parado algum tipo de solicitação de interessados. Então neste caso, a CTLU poderá com base num parecer que nós encaminhamos, deliberar sobre esta questão, enquanto não houver esta lei, para que o município não pare o seu atendimento, e o seu processo normal de aprovação de processos. Então nesse sentido, há este caminho. Nós podemos utilizá-lo. Nós estamos realmente empenhados com um grupo de trabalho já formado para rever toda essa classificação, porque como você sabe, ela interfere nos usos e atividades. Mas é o que eu posso sugerir no momento para que a gente possa dar andamento a todo os processos: passa pela CTLU e a CTLU delibera.

Secretário Francisco Vidal Luna

É, e eventualmente, eu acho questões como essas, podemos preparar outros projetos desses e mandar. Eu acho que vale a pena nós entendermos como a Câmara vai tratar o primeiro. Se houver boa vontade para ir resolvendo questões, vamos tratando de questões desse tipo. Traremos outros projetos e vamos resolver as questões.

João Whitaker

Meu nome é João Whitaker. Sou da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, represento as universidades. Entendendo que a gente está já nos assuntos gerais, eu queria fazer um questionamento a respeito do papel desse Conselho e pra que ele serve, pra que nós estamos aqui. Eu inclusive queria reiterar que essa observação que vou fazer, eu já fazia na gestão anterior, e eu acho que ela é só pra tentar recuperar um pouco do sentido do que são os conselhos participativos, como esse no qual nós estamos. Eu me pergunto se nós estamos no Conselho que vale a pena mobilizar as pessoas que estão aqui, com os conhecimentos que todos nós temos, pra discutir nas ocasiões em que há necessidade de discutir uma lei específica, decidir uma aprovação

de uma lei que está precisando. Isso aqui não faz nada, este Conselho apenas aprecia, como bem discutimos no primeiro ponto, aliás no primeiro ponto na questão da apreciação foi tratada de forma mais, vamos dizer, rápida do que no segundo ponto. Por que a apreciação de alguns assuntos é mais apreciativo e de outros é menos apreciativo? Na verdade esse conselho, ele não resolve nada. Então eu me pergunto se nós temos, eu já reclamei na gestão passada, um período que nós ficamos seis meses sem ter reunião, e agora eu volto a dizer, nós já estamos em julho, nós estamos fazendo nossa primeira reunião nessa gestão. Se esse conselho ele aprecia ser chamado para esse tipo de discussão. Eu acho que um Conselho Municipal de Política Urbana, como bem diz o nome, tem que tratar de política urbana. Portanto, o objetivo essencial de um conselho desse tipo, que reúne pessoas, representativas e com conhecimentos sobre esses assuntos, seria discutir quais são os grandes temas, as grandes estratégias, os grandes encaminhamentos que estão sendo pensado pela atual gestão municipal, para grandes questões de políticas urbanas do município. Quer dizer, tudo bem a gente pode discutir a questão do helicóptero, dentro de uma discussão maior sobre a questão dos transportes na cidade de São Paulo. Agora discutir especificidades sobre se o transporte está acontecendo no bairro de Pinheiros ou no bairro da Vila Mariana, quer dizer, o problema é se um dia acontecer um acidente com o helicóptero, onde quer que seja. Aí vai ter problema. Então, quais são os grandes temas que temos que discutir, por exemplo, quais são os grandes pontos estratégicos que estão sendo pensados para a revisão do Plano Diretor. Esse é um ponto. Quais são as grandes estratégias que estão sendo pensadas para a questão do transporte em São Paulo que está numa situação de cinco milhões de automóveis, completamente saturado e que precisam ter políticas alternativas. Está se pensando as estratégias alternativas, Metro, quais as negociações que está sendo feito com o Estado, e assim por diante. Como se resolve o déficit habitacional de 600 mil unidades habitacionais numa perspectiva otimista. Como nós vamos fazer para resolver uma situação do Centro, que se esvazia, e das periferias que crescem a taxas seis vezes maiores do que as do Centro. Qual a política, alias que está sendo pensado do ponto de vista estratégico e a longo prazo para o Centro da cidade, sem ser iniciativas pontuais que saem na imprensa por parte do subprefeito da Sé. Isso é uma questão de política urbana, não é uma questão de uma solução de uma política imediata, que eu vou ali limpar a crackolandia, fazer operação faxina, não sei o que mais. Nós temos que pensar qual que é a grande política para o Centro, o que a cidade quer do Centro. Como fazer para se recuperar o Centro, ao mesmo tempo, evitando a sobrevalorização fundiária e mobiliária. Qual é a posição que nós temos, estratégicas a longo prazo sobre os mananciais, onde nós temos 1.200.000 pessoas morando. Quais são as grandes questões sobre as políticas ambientais da cidade, a questão da permeabilidade. Então eu acho que o papel desse Conselho não é de ficar discutindo firula de lei. Nós temos uma enormidade de Conselho, inclusive um que está sendo indicado hoje aqui, que serve exatamente para isso. Temos a Câmara Municipal. Aqui o objetivo nosso é subsidiar o poder público com reflexões sobre o entendimento da sociedade civil aqui representada sobre os grandes posicionamentos a respeito das estratégias adotadas para as políticas públicas urbana para a cidade. Então eu queria só resgatar esse tema, porque eu me sinto as vezes frustrado de vir até aqui com esperanças e expectativas de fazer uma discussão, que ao meu ver, deveria ser muito maior no sentido de pautar o direcionamento do que a gente quer para cidade, de problemas que estão se avolumando e que daqui a pouco não vão ser mais solucionáveis, do que a gente ficar discutindo especificamente a questão das garagens em algumas zonas de uso. Então eu só queria resgatar isso, acho importante jogar essa reflexão, e solicitar que esse Conselho se reúna com mais frequência, e se reúna simplesmente com esse grande

objetivo, que é um objetivo de uma discussão mais ampla sobre o futuro da cidade. Obrigado.

Secretário Orlando Almeida Filho

Eu queria só me entusiasmar com as palavras do Dr. João Whitaker, que é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Paulo. Pedir a ele encarecidamente que, ao contrário da gestão que se finda agora em julho onde nós não primamos pela participação regular do professor nas nossas reuniões do Conselho, eu tenho certeza que com essas observações ele vai participar mais efetivamente. Dizer a ele que tudo aquilo que o professor enunciou, eu lia junto aqui e até ticava cada item porque faz parte do decreto 43.230, elaborado na gestão anterior. Dar razão ao professor, porque todas essas questões são extremamente pertinentes. Dizer que no que toca a Secretaria de Habitação e Urbanismo em algumas passagens citadas pelo Professor João Whitaker ao que refere-se ao déficit habitacional, ocupação da Guarapiranga, a nossa Secretaria tem trabalhado inclusive junto com SEMPLA e demais, com muito entusiasmo. O que nós não queremos é eventualmente trazer algumas questões só em termo de marketing. Nós gostaríamos de trazer soluções em termo de trabalho, que é o que eventualmente está acontecendo. Eu tinha um sócio, infelizmente faleceu, e ele me ensinou no início da minha atividade imobiliária que, me perguntou por que vende mais ovo de galinha do que ovo de pata. E eu não sabia o que responder. E ele dizia que a galinha quando bota ovo, canta. E a pata infelizmente não canta. Mas nós não estamos muito aqui para cantar. Nós estamos aqui para trabalhar e resolver os problemas. E eu ia sugerir, já de antemão, se o professor Luna concordar, porque nós não podemos perder essa oportunidade. Como existem três grupos de trabalho que são possíveis de serem criados, são comissões temporárias, se o Professor Luna não poderia atribuir ao professor João Whitaker já uma dessas comissões, porque efetivamente é um trabalho que a gente poderia estar com a colaboração dele de imediato e dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, que lidera. Então eu posso trazer inclusive sugestões da área de habitação, para que o professor João Whitaker pudesse participar junto conosco. Mas é tarefa do nosso Secretário de Planejamento indicar. E não perder a oportunidade de também contar com a colaboração do professor Giaquinto da Universidade Mackenzie, que sempre está pronto a ajudar nessas questões de planejamento e habitação.

Secretário Francisco Vidal Luna

Vou seguir a orientação dele, vamos criar esse grupo. Mas eu gostaria só de colocar uma questão, que é o seguinte: hoje, por exemplo, esses temas que poderiam ter sido simples, a idéia era que nós passássemos por isso. A minha idéia é que essa pauta aqui, a gente fazia muito rápido. E a discussão fazia parte dos assuntos gerais. Era uma apresentação de como nós vamos encaminhar a questão da Lei de Zoneamento e do Plano Diretor. E eu quero contar com esse fórum para discutir isso. E nós íamos fazer uma apresentação dos estudos que já existem, já vem da administração passada, nós estamos continuando esses estudos sobre as Operações Urbanas. Também trazer para cá e para discutir isso. Se na verdade, pelo avançado da hora, talvez não vale a pena, e eu não quero fazer isso em 5 minutos. Então essa reunião se alongou em temas que foram importantes, mas eu gostaria, na próxima reunião, além de tratar de temas desse tipo, por exemplo, Projeto de Lei. Já está previsto basicamente, a gente ter tempo para começar a discutir essas questões. Que são as questões que nós estamos discutindo hoje. Em outra reunião, podemos trazer a política de habitação, e a idéia é trazer para esse fórum, para debate, para discussão, para interação com esse fórum. Essa é a nossa idéia.

Hoje nós tínhamos um problema que eu diria que, se nós questionássemos o setor imobiliário no sentido mais geral, não é só o construtor, o que eles gostariam que nós discutíssemos, é a questão das garagens. A cidade parou por causa disso. Então eu acho que a questão hoje de ir resolvendo aos poucos, questões tópicas de legislação, que aliás faz parte das competências desse conselho, nós temos que passar por aqui. Além disso, eu gostaria de trazer para cá as grandes questões que nós estivéssemos tratando dentro da Prefeitura, pelo menos dentro da SEMPLA, sei que na verdade o Secretário Orlando também trará pra cá as questões da área de habitação. E eu acho que nós temos que usar esse fórum, de fato, dentro das competências que tem. E eu vou seguir essa idéia de formar um grupo, eu vou, se tiver com idéia depois discutir isso aqui e já formar um dos primeiros grupos e começar a trazer essas questões.

José Roberto

Eu sou José Roberto, eu sou conselheiro eleito da região Sul 1, Vila Mariana, Jabaquara, Ipiranga. O professor da USP, o Professor João, aliás, sempre abrilhantando nossas reuniões aqui com suas colocações. A gente sabe que ele domina bem essa área de urbanismo. Mas assim, eu acho que, ao apagar das luzes, eu não sei quando vai ser a próxima reunião do conselho, não sei se lá vou ser conselheiro ainda, não sei quando vai ser, mas se não for eu, já coloco minha situação agora mesmo. Mais ou menos na segunda ou terceira reunião desse conselho, eu trouxe a discussão aqui, uma questão da Vila Mariana, precisamente da Av. Ricardo Jafet, Imigrantes, a questão das enchentes. Eu trouxe aqui para o conselho a questão da deliberação da subprefeitura do Ipiranga para uma grande área, e ainda coloquei bem assim, que é o nosso único grande terreno da região que pode ser feito um piscinão, porque se os senhores sabem, não é só um buraco negro na Vila Mariana, não. Tem um buraco que ninguém vê. Só vê quando enche de helicópteros da rede Globo, da Bandeirantes, da Record, mostrando as enchentes na região. Eu trouxe isso para o conselho, coloquei isso, alguns colegas discutiram comigo e morreu o assunto aí. Eu disse também que posteriormente, eu traria ao conselho o que foi encaminhado sobre a liberação desse terreno. Hoje em dia, existe lá um hipermercado Extra, aliás, o senhor Abílio Diniz dominou a região, ele tem quatro hipermercados na região, eu também citei isso aqui no Conselho. E a subprefeitura do Ipiranga disse para mim o seguinte, não senhor conselheiro, fique tranqüilo, falando como o professor João colocou agora sobre a impermeabilidade do solo, que o hipermercado, o Extra citado, vai deixar uma grande área para permeabilidade do solo. Saiba os senhores que a grande área não tem 20 m². E o terreno gigante, enorme, ficou para estacionamento. Impermeabilizaram aquela área também. Então eu digo aos senhores, talvez ao apagar das luzes, que é o meu mandato, que nós estamos brigando. Esse final de semana agora vai ser importante para nossa região. Nós vamos fazer várias reuniões sobre inundações, enchentes na cidade. Eu gostaria que esse conselho levasse ao atual governo, que a indignação da nossa reunião, porque desde a época do Governo Maluf, depois Pitta, depois Marta, se iniciaram obras ali na Ricardo Jafet, no córrego do Ipiranga, e o contrato terminava, aí por força da lei, o contrato ia ser reeditado, depois ele acabava no segundo mandato. Daí teve outra liberação para nova empresa. Ou seja, as obras do córrego Ipiranga, desde a época do Maluf, não terminaram, e pelo jeito não vai terminar nunca. Eu peço ao conselho aqui que, por favor, encaminhe a diretoria, ao nosso vice-presidente, senhor Orlando, que encaminhe algum processo junto ao Governo Municipal para que retome essas obras, porque a Vila Mariana, Ipiranga, São Judas, Praça da Árvore, não agüenta mais as enchentes da cidade. Porque muito se fala da zona Leste, do Aricanduva, mas ninguém fala da Vila Mariana. Vamos discutir aqui

na próxima reunião o buraco negro, eu proponho discutir também o buraco branco. Muito obrigado.

Secretário Francisco Vidal Luna

Bom, se não houver mais ninguém, eu vou considerar encerrada. Eu só queria definir as próximas duas reuniões. A idéia é que haja, pelo menos a cada três meses. Então nós estamos marcando, poderia ser dia 14/09.

José Roberto

Por favor, mesa. Só completando então. Sobre a sua colocação. Então não vou estar mais presente provavelmente. Só gostaria de solicitar à mesa que fizesse a explanação ao conselho, a forma de escrutínio. Como vai ser feita a seleção ou a eleição para os novos conselheiros. Eu digo isso porque eu represento várias comunidades na minha região, e eu fui chamado até para auxiliar alguns candidatos ao ultimo conselho eleito agora, que foi o Conselho Tutelar. E me chamou a atenção que teve candidatos que saia aos tapas na região. Eu gostaria de entender o porque. E eu fiquei sabendo depois, que esse conselho tutelar, ele é remunerado. Então eu gostaria, e eu penso, que o conselho não deveria ser remunerado. Quer dizer, como vai ser o próximo Conselho Municipal de Política Urbana? Se vai seguir a linha do conselho tutelar, se vai manter a nossa postura, que eu acho a mais correta.

André Luis Pina

Existe um decreto da gestão passada que orientou a sua eleição, que é o que a gente vai até encaminhar para todas as subprefeituras, que nós estamos, a partir da semana que vem, comunicando que as subprefeituras deveriam dar início ao processo de eleição dos representantes das macrorregiões. O decreto continua em vigor, o decreto da gestão passada que orientou como era o procedimento, como eram as inscrições, quer dizer, o decreto está em vigor. É aquele mesmo decreto, nós estaremos encaminhando de novo para todas as subprefeituras e pedindo para que eles dêem início ao processo de eleição. O nosso conselho é não remunerado. Essa é outra questão, não está em discussão isso. Um esclarecimento sobre as datas que o secretário colocou é que regimentalmente, o Conselho tem reuniões trimestrais, não quer dizer que ele não possa ter reuniões extraordinárias desde que solicitada por seus membros ou pelo presidente. Como hoje seria a primeira reunião, que é julho, que seria a segunda do ano, a terceira seria em setembro, que cairia 7 de setembro. Infelizmente 7 de setembro é feriado. Então estamos propondo que seja dia 14, que seria a primeira quarta-feira de setembro e a outra seria a primeira quarta-feira de dezembro. Que essas são as reuniões ordinárias.

Secretário Francisco Vidal Luna

Eu tenho a impressão que no momento que nós verificarmos o encaminhamento da questão das garagens, e nós percebemos que há possibilidade de discutirmos outros Projetos de Lei desse tipo, valeria a pena fazermos outras reuniões extraordinárias para discutir esses temas. Quer dizer, se houver oportunidade disso, eu não deixarei de fazer uma reunião rapidamente. Agora os membros já estão convocados e sempre que tiver uma questão dessa, eu quero trazer temas de natureza urbana para discutir. E se houver de fato possibilidade, se nós percebermos que existe uma possibilidade de encaminhamento desse com sucesso, este outro projeto que nós discutimos ou eventualmente outros que nós possamos já encaminhar e colocar na pauta, nós podemos discutir na reunião e fazer uma reunião extraordinária. Muito obrigado, até logo.

São Paulo, 01 de junho de 2005.

Presidente
Vice-Presidente
Secretário Executivo

Francisco Vidal Luna
Orlando Almeida Filho
André Luís Gonçalves Pina

Conselheiros
Macrorregião Oeste
Macrorregião Leste 1
Macrorregião Sul 1
Macrorregião Norte 1
Macrorregião Norte 2
Macrorregião Oeste
Macrorregião Centro
Macrorregião Leste 1
Macrorregião Sul 1
Macrorregião Sul 2

Lucila Falcão Pessoa Lacreta
Dilma Maria de Moura
José Roberto de Araújo
Paulo de Almeida
José Augusto Darcie
Sibylle Blohm
Tereza Espósito Ferreira de Souza
Angela Maria Calabria
Luiz Fernando de Moraes Vecchia
Carlos Mitsuro Habe

SECOVI
APEOP
Fórum dos Mutirões
USP
Mackenzie
SCIESP
IE
ABAP

Eduardo della Manna
Antônio Marcos Dória Vieira
Rita Maria
João Sette Whitaker Ferreira
Paulo Ricardo Giaquinto
Alexandre Marques Tirelli
Jorge Pinto Furini
Madalena Ré

Gabinete do Prefeito
SGM
SEMPLA
SNJ
SMSP
SEHAB
SMT
SIURB
SF
SVMA
SES
SMADS
SMTRAB
EMURB
COHAB

Bruno Caetano Raimundo
Luiz César Bettarello de Almeida Campos
Nilza Maria Toledo Antenor
Simone Fernandes Mattar
Nilton Ricoy Torres
Hussain Aref Saab
Sérgio Rubens Rodrigues
Maria Cristina de Toledo Sivieri
José Antonio do Campo
Maria Augusta Ferreira Antunes
José Antônio Ungaro
Priscila Cristina Dearo da Câmara
Leandro Avena Prone
Diana Teresa di Giuseppe
Rubens Chammas

Séc. Est. Habitação
Sec. Est. Transp. Metropolitanos
Séc. Est. Energia, Rec. Hid. Sant^o.
Consórcio Grande ABC

Cibele Riva Rumel
Horácio Nelson Hasson Hirsch
José Eduardo Pessini
Alzira Sugae Nishikubo